

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSO* EM GESTÃO PÚBLICA

CLÁUDIA PEREIRA DO NASCIMENTO

PRONATEC: análise de um programa de políticas públicas no IFPB

João Pessoa-PB
Março/2017

Cláudia Pereira do Nascimento

PRONATEC: análise de um programa de políticas públicas no IFPB

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública, pelo Curso de Especialização em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

Orientadora: Professora Marileuza Fernandes Correia de Lima.

**João Pessoa-PB
Março/2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa.

N244p Nascimento, Cláudia Pereira do.

PRONATEC: análise de um programa de políticas públicas no IFPB / Cláudia Pereira do Nascimento. – 2017.

73 f. : il.

TCC (Especialização em Gestão Pública) – Instituto Federal da Paraíba / Pró-Reitora de pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, 2017.

Orientação : Prof. M.e Marileuza Fernandes Correia de Lima.

1. Políticas públicas - IFPB. 2. Política educacional. 3. PRONATEC. 4. Educação profissional. I. Título.

CDU 35:37.014.5(043)

Lucrecia Camilo de Lima
Bibliotecária
CRB 15/132

Cláudia Pereira do Nascimento

PRONATEC: análise de um programa de políticas públicas no IFPB

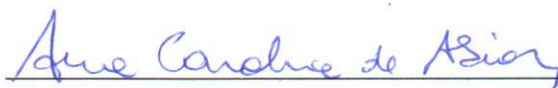
Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública, pelo Curso de Especialização em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

Aprovada em: 30/03/2017


COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof.^a MARILEUZA FERNANDES CORREIA DE LIMA
Orientadora



Prof.^a ANA CAROLINA DE ARAÚJO ABIAHY
Examinadora



Prof.^o MARCÍLIO CARNEIRO DIAS
Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me tornar cada vez mais forte diante das dificuldades.

Agradeço em especial aos meus pais José Galdino do Nascimento e Josefa Pereira do Nascimento por me ensinarem a importância de estudar e lutar sempre por nossos ideais.

Ao meu esposo pelo incentivo e companheirismo de sempre.

A professora e orientadora Marileuza Fernandes por acreditar que este trabalho era possível, dedicando parte de seu tempo na orientação deste, com paciência e atenção, meu muito obrigada.

Meus sinceros agradecimentos a todos que direta e indiretamente me ajudaram e contribuíram na construção deste trabalho.

RESUMO

A reflexão sobre Políticas Públicas, em um contexto marcado por grandes mudanças foi primordial para a construção inicial deste trabalho. E a concepção de Políticas Públicas para Educação Profissional, no contexto brasileiro torna-se necessário para que se possa compreender como se deu a Educação Profissional no Brasil. O objetivo deste trabalho é verificar os conceitos de Políticas Públicas para Educação Profissional e suas tipologias, seu alcance no contexto brasileiro, e assim, averiguar aspectos da gestão na Educação Profissional a partir da criação dos Institutos Federais. E dentro desta perspectiva, descrever como ocorreu a implantação do PRONATEC como programa de extensão, o seu universo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba durante a pactuação 2012, com respaldo da análise bibliográfica e documental que abordam o tema. Concluiu-se que o universo do programa no IFPB obteve êxito ao serem mostrados que o modelo de gestão adotado na implantação e execução foi primordial para o alcance dos objetos no que tange as ações alcançadas pelo IFPB.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação Profissional e PRONATEC.

ABSTRACT

The reflection on Public Policies, in a context marked by great changes was primordial for the initial construction of this work. And the conception of Public Policies for Professional Education in the Brazilian context becomes necessary so that one can understand how the Professional Education in Brazil was given. The objective of this work is to verify the concepts of Public Policies for Professional Education and their typologies and their scope in the Brazilian context, it is also to investigate aspects of the management in the Professional Education of the Federal Institutes since its creation. And within this perspective, describe how PRONATEC was implemented as an extension program, and its universe at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba during the 2012 agreement with the support of the bibliographic and documentary analysis that approach the theme. It is concluded that the universe of the program in the IFPB was successful in showing that the management model adopted in the implementation and execution was primordial for the reach of the objects with respect to the actions achieved by the IFPB.

Keywords: Public Policies, Professional Education and PRONATEC.

LISTA DE FÍGURAS

Figura 01 - Linha do tempo: Histórico do IFPB.....	41
Figura 02 – Mapa de Interiorização do IFPB.....	43
Figura 03 – Modelo de Funcionamento do programa PRONATEC.....	47
Figura 04 – Organograma da gestão do programa no Ministério da Educação.....	57
Figura 05 – Organograma da gestão do programa no IFPB.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Síntese do histórico da Educação Profissional no Brasil.....	24
Quadro 02 – Demandantes da Bolsa-formação do PRONATEC.....	49
Quadro 03 – Resumo das pactuações nos <i>campi</i> IFPB no ano de 2012.....	59
Quadro 04 – Número de matrículas por curso ofertado.....	64
Quadro 05 – Distribuição de Matrículas por Situação.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Oferta de Turmas.....	60
Gráfico 02 – Quantidades de vagas disponíveis por mês.....	61
Gráfico 03 – Matrículas e pré-matrículas por mês.....	61
Gráfico 04 – Matrículas por Tipo de Curso.....	62
Gráfico 05 – Matrículas por Eixo Tecnológico.....	63
Gráfico 06 – Matrículas por Tipo de beneficiário.....	65
Gráfico 07 – Matrículas por Sexo.....	66
Gráfico 08 – Matrículas por Escolaridade.....	67
Gráfico 09 – Matrículas por Faixa Etária.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	12
1.1	Conceito, Funções e Objetivos.....	15
1.2	Tipologias das Políticas Públicas.....	18
2	ENTENDENDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	21
2.1	Educação Profissional – conceito e princípios.....	22
2.2	Análise histórica da Educação Profissional no Brasil.....	24
3	A REDE FEDERAL E OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	34
3.1	A Educação Profissional nos Institutos Federais.....	36
3.2	Aspectos gerais da gestão na Educação Profissional.....	37
3.3	Abrangência da Educação Profissional.....	39
	3.3.1 Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional.....	39
	3.3.2 Cursos Técnicos de Nível Médio.....	39
	3.3.3 Cursos Tecnológicos de Graduação e Pós-graduação.....	40
4	PANORAMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO IFPB.....	41
4.1	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB: Breve Histórico.....	41
5	O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC.....	44

5.1	A implantação do PRONATEC.....	44
5.2	As Instituições Parceiras: ofertantes e demandantes.....	48
5.3	PRONATEC: Bases legais e objetivos.....	52
5.4	O PRONATEC como Programa de Extensão.....	54
6	O PRONATEC NO IFPB.....	56
6.1	O universo do PRONATEC no IFPB.....	59

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC integrante das Políticas Públicas de âmbito Nacional, foi implementado por Instituições Federais de Ensino Superior, dentre eles os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como um programa de extensão. Por se tratar de um programa de largo alcance social, com recursos volumosos, abrangendo todo o país, há que se perguntar como se dá a implantação de um programa desta natureza considerando as Bases Legais de sua criação, a realidade e/ou condições concretas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Este trabalho objetiva analisar sistematicamente conceito(s) de Políticas Públicas para Educação Profissional e suas tipologias, e assim abranger a Educação Profissional no contexto brasileiro. Além de verificar aspectos da gestão na Educação Profissional dos Institutos Federais a partir da sua criação. E dentro desta perspectiva mostrar como se deu a implantação do PRONATEC como programa de extensão, considerando o universo do programa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba durante a pactuação 2012, subsidiado pela análise bibliográfica e documental que abordam o tema.

As relações entre o Governo Federal e os executantes do programa se davam através da pactuação que se materializava por Termo de Cooperação Técnica em que se estabeleciam o compromisso e as obrigações mútuas das instituições envolvidas.

Torna-se relevante para o trabalho verificar de que forma um programa pode ser implementado nos Institutos Federais de forma eficiente e eficaz de tal modo que venha atender a sua real pretensão e assim, mostrar como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba vem contribuindo para o desenvolvimento da cidadania através da formação, profissional e de valores.

É nesta conjuntura que os capítulos iniciais deste trabalho referenciarão os diversos conceitos que respaldaram a pesquisa: Políticas Públicas, Educação Profissional. Adentrando numa análise histórica sobre como ocorreu a Educação Profissional no Brasil. E com o apoio das legislações orientadoras sobre o tema, trataremos de assuntos pertinentes como a Educação profissional articulada e integrada ao Ensino Médio.

Serão expostos a expansão da Rede Federal e a conseqüente concepção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como proposta de recuperação histórica da Rede Federal e o cumprimento de sua função social, ao sugerir um projeto mais amplo para educação e ao “estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade” (MEC, 2010, p.21).

Adentrando nos aspectos gerais da gestão na Educação Profissional proposta por meio da lei de criação Institutos Federais, destacamos que estas sintetizam a formação de uma rede integrada a um núcleo central comum e que sua abrangência dialogará com as realidades regionais, locais e globais no oferecimento de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC ou Qualificação Profissional, Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos Tecnológicos de Graduação e Pós-graduação.

No quarto capítulo será descrito um breve histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB como instituição centenária que se consolida como referência na Educação profissional em todo Estado.

O capítulo seguinte tratará de realizar uma análise das formas que se configuraram o lançamento do PRONATEC como programa de extensão, e de sua estabilização quanto um dos principais pilares para a capacitação e qualificação profissional no Brasil. Será feito um esboço da base legal que foi subsidiária para a sua implantação, destacando seus objetivos e iniciativas, e as orientações e diretrizes da sua implantação. Vindo revelar também que o modelo de funcionamento da gestão do programa envolve diversos segmentos (parceiros ofertantes e demandantes) no cumprimento de sua finalidade.

O sexto capítulo exponha-se o universo do PRONATEC no IFPB. Os processos de gestão na execução do PRONATEC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, sua relevância como um programa. E assim, realizar uma exposição das informações de arquivos e/ou materiais diversos que deram elementos a pesquisa e a construção do trabalho.

Por fim, será demonstrado um descritivo da execução das ofertas da pactuação do PRONATEC no ano de 2012, ano de implementação do programa com mais amplitude, e averiguar a atuação alcançada pelo IFPB neste período.

1. Políticas Públicas para Educação Profissional

O ponto de partida neste capítulo é averiguar o conceito de Políticas Públicas para que seja possível entender os processos que envolvem a inserção de um Programa de governo que tem como viés ações governamentais voltadas para Educação Pública, principalmente para Educação Pública Profissionalizante.

Associado ao conceito de Política Pública é importante mencionar que os conceitos de políticas sociais integrados ao de Estado tornam-se de suma importância para construção deste entendimento, como salienta Heloisa de Mattos Höfling (2001, p. 01):

Para melhor compreensão e avaliação das políticas públicas sociais implementadas por um governo, é fundamental a compreensão da concepção de Estado e de política social que sustentam tais ações e programas de intervenção. Visões diferentes de sociedade, Estado, política educacional geram projetos diferentes de intervenção nesta área.

O contexto focalizado em política social defende uma proximidade com “fatores de diferentes natureza ou aproximação” e que sua inter-relação ao conceito de Estado é essencial, sendo este considerado “como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo”. (HÖFLING, 2001, p. 30)

Para Acácia Zeneida Kuenzer e Gabriel Grabowski (2006)

A articulação entre as diversas políticas é fundamental para a implementação de um projeto de educação dos trabalhadores, que pela sua natureza deve integrar as dimensões básica e profissional na perspectiva da emancipação humana, e portanto *“orientada por um conjunto de valores éticos/políticos, dentre os quais destacam-se a construção de sujeitos populares, capazes de serem construtores de sua própria história de libertação, sendo protagonistas destes processos; a busca de justiça e solidariedade; e a busca da vivência de relações democráticas, participativas e transparentes, a autonomia e a democracia de base”*. Mais do que possível, uma política pública de educação para os que vivem do trabalho é estratégica para o processo de rompimento com a democracia formal e de construção da democracia real a partir das contradições que se estabelecem entre capital e trabalho. (p. 36)

Para Maria das Graças Rua (2012, p. 09) entender o conceito em estudo é preciso “estabelecer corretamente as diferenças entre política e política pública”. E esta define tais conceitos como a seguir

O termo “política”, no inglês, *politics*, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas. (p.16)

Já o termo *policy* é utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política. (p.17)

Apesar da assimetria nestas relações é possível focar em análises voltadas a políticas públicas que possam revelar caminhos e possibilidade de ações que gerem resultados concretos para as novas atuações governamentais.

Celina Sousa (2006, p. 01-02) ao conceituar o surgimento da área de política pública pauta-se em diversos fatores para compreender a visibilidade do tema e os coloca didaticamente oriundos da “política restritiva de gastos”, das “novas visões sobre o papel dos governos”, e das “coalizões capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social”, defendendo que “a partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade”.

Adentrando nestes conceitos para melhor entender a perpetuação deste campo em ascensão, Celina Sousa (2006, p. 03) enfatiza que o surgimento como área acadêmica ocorreu nos Estados Unidos da América, mas que ganhou ênfase também na Europa após estudos que focavam a “análise sobre o Estado e suas instituições”, desdobrando-se em trabalhos com abordagem em “teorias explicativas” sobre o papel do Estado/Governo.

Não é possível responder a esta pergunta focando em um único aspecto. É preciso pautar-se de diversas conceituações e/ou definições, pois dentro deste leque constata-se que,

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. (SOUSA, 2006, p. 06).

Maria Paula Dallari Bucci (1997, p. 02) vai mais além ao tecer considerações sobre a fundamentação das políticas públicas voltadas a visão no interesse do Direito salientando que,

O fundamento mediato das políticas públicas, o que justifica o seu aparecimento, é a própria existência dos Direitos Sociais – [...] ditos de segunda geração, consistem em poderes, que “só podem ser realizados se for imposto a outros (incluídos aqui os órgãos públicos) um certo número de obrigações positivas”.

Para tanto, políticas públicas são as ferramentas imediatas para as atuações do governo em busca do desenvolvimento ao enfatizar que: “A função de governar – o uso do poder coativo do Estado a serviço da coesão social – seria, portanto, o fundamento imediato das políticas públicas” (BUCCI, 1997, p. 03).

Para Souza (2006, p. 07) Política Pública é “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”.

Elenaldo Celso Teixeira (2002, p. 02) ao escrever sobre os elementos primordiais para compreensão das Políticas Públicas expõe:

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Dentro deste contexto que norteia o significado de Políticas Públicas, Baracchini a define como o “Estado em Ação” e reafirma que estas são percebidas como propostas que objetivam solução para problemas “constituintes da sociedade contemporânea” e assim complementa que

É possível afirmar que estão ocorrendo mudanças no padrão das políticas públicas brasileiras, sobretudo na esfera local de governo. Tais mudanças podem ser entendidas como parte de um processo de construção de novas formas de gestão pública e verificadas a partir de práticas inovadoras na prestação de serviços por governos subnacionais no país. (2002, p. 01)

1.1 Conceito, Funções e Objetivos

Observa-se que Políticas Públicas é a totalidade de ações que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (Caldas, 2008, p. 05). Portanto a educação vem sendo pensada como uma política pública social e de responsabilidade do Estado.

Neise Deluiz (2001, p. 04) ao analisar as Políticas Educacionais nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico explica que “A Política de Educação Profissional do MEC objetiva ‘promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas’”.

É importante destacar que as políticas sociais são direcionadas ao processo de desenvolvimento social que visa garantir uma política de ajustes estruturais na sociedade.

As políticas sociais – e entre elas a educacional – adquirem, neste contexto, um novo sentido. Estão orientadas para "dar continuidade" ao processo de desenvolvimento humano, investindo os recursos públicos "nas pessoas", [...]. Estão direcionadas – seja por razões de equidade ou de cálculo político – para compensar conjuntamente os efeitos da revolução tecnológica e econômica que caracteriza a globalização e são o complemento necessário para garantir a continuidade da política de ajuste estrutural, delineada para liberar as forças do mercado e acabar com a cultura de direitos universais a bens e serviços garantidos pelo Estado. (DELUIZ, 2001, p. 04)

Para Gobert, Muller (1987, apud HÖFLING, 2001, p. 02) “políticas públicas é como o ‘Estado em ação’ é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Na obra “Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil”, Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores) evidenciam que

As políticas públicas são entendidas como as ações ou propostas promovidas principalmente, mas não exclusivamente, pelos governos com o objetivo de arbitrar problemas e contradições constituintes da sociedade contemporânea. [...] Podem ser também definidas como o Estado em ação. Contudo, isso não é regra, posto que as políticas podem ser originadas e implementadas por atores não governamentais (2011, p.65).

E ao mencionar a importância dos envolvidos no processo de propostas de políticas públicas e na participação destes como atores cooperativos e operacionalizantes expõem neste estudo que,

Em todos os momentos do processo de políticas públicas, é importante reconhecer que estas se encontram inseridas em contextos políticos e sociais específicos e são disputadas por diferentes atores com interesses diversificados e distintos graus de poder de influência e cooptação (Idem, p.65-66).

Dentro da conjuntura de Políticas Públicas como subárea da ciência política – e pensada a partir dos anos 80¹ como tal – é possível entender os objetivos das políticas públicas por este contexto.

Para Souza (2006) estas mudanças sociais ocorridas no mundo estão relacionadas às necessidades de resolver velhos problemas, sendo oportuno os olhares estarem direcionados a países em desenvolvimento e as democracias recentes ou recém-democratizadas, que possuíam e/ou ainda possuem a necessidade de formar coalizões capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e a promoção da inclusão social das populações, por meio da implementação de resultados concretos e de cunho desenvolvimentista.

¹ Pode ser verificado em Celina Sousa (2006), Maria das Graças Rua (2012) e Marta Arretche (1996).

Seu objetivo primordial é atender as demandas da sociedade. Demandas estas, interpretadas pelos agentes que detêm o poder, como indagações da sociedade civil que visam: a ampliação e efetivação dos direitos a cidadania; e a promoção do desenvolvimento – como a geração de emprego e renda. A Política Pública objetiva também “regularizar conflitos entre os diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, têm contradições de interesses que não se resolvem por si mesmas ou pelo mercado e necessitam de mediação” (TEIXEIRA, 2002, p. 03).

Ainda que sejam levados em conta os recuos e obstáculos, as dificuldades e entraves que caracterizam as mudanças de paradigmas em políticas públicas educacionais, é de se ressaltar que, nos últimos anos, têm-se construído, [...] novas formas de fazer política pública em educação. Estas procuram derrubar os muros que separam Estado e sociedade civil e, de alguma forma, caminhar na direção da co-governança². As administrações que têm empreendido tais esforços caracterizam-se por pertencer a governos que consideram essenciais a participação da coletividade na decisão/implementação de políticas públicas em educação. Tais experiências no campo da educação refletem projetos de governo que trazem consigo a concepção de democratização das relações entre Estado e sociedade, e podem representar novas esperanças de solução para velhos problemas. (MORAES, 2009, p.176-177)

Ao refletir sobre a criação e orientações de implementação de Programa de Políticas Públicas em qualquer esfera, sendo bastante evidente a educação profissional é possível entender a forma com que a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações alcança a sociedade, vindo a promover a expansão, à ampliação e o estímulo à difusão e articulação da educação profissional e tecnológica e conseqüentemente as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

² O termo governança foi aplicado por Salete Campos de Moraes na mesma compreensão de Licínio Lima esclarecendo que este veio do: Do latim *gubernatione*, a palavra “governança” (já usada em língua portuguesa pelo menos desde o século XV) significa condução, direção, ação ou efeito de governar. Embora seja apresentada [...] como sinônimo de administração e de governo, entendo destacar a ideia de processo, exercício e ação de governar, mais do que os sentidos de instituição ou de aparelho político-administrativo, ou ainda de estruturas, órgãos e poderes formais de governo (LIMA, 2000, p. 19 apud MORAES, 2009, p. 276).

E é interessante que os exemplos demonstram a diversidade de formas que assumem a Política Pública dentro de cada contexto, de cada realidade, de cada necessidade.

1.2 Tipologias das Políticas Públicas

Torna-se qualitativo para o estudo considerar a importância dos tipos de Políticas Públicas discutidas por diversos autores para assim entender o seu campo de atuação.

Diversos critérios podem servir de embasamento para este trabalho, e que estão presentes em estudos de autores como Sousa (2006), Viana (1996), Frey (2000), Rua (2012) e Teixeira (2002).

A área de Políticas Públicas é permeada por estudos de:

- Harold Laswell – pioneiro no estudo sobre o tema, ele conciliava conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica do governo, “realizando diálogos entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo”. (SOUSA, 2006, p. 4).
- Herbert Simon – que conceituou o uso da racionalidade limitada nas decisões públicas ao formalizar o modelo racional-compreensivo de implementação das Políticas Públicas. E Neste modelo

Parte-se do princípio de que é possível conhecer o problema de tal forma que se possa tomar decisões de grande impacto. Resumidamente, neste modelo de tomada de decisão, os formuladores decidem que valores e objetivos devem ser maximizados e quais as alternativas que melhor poderão maximizá-los. (RUA, 2012, p. 89).

- Charles Lindblom – propôs que as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório caminhassem juntos ao serem formuladas e analisadas as políticas públicas na tomada de decisões, mas que também fossem permitidas incorporações de outros elementos, afim de “solucionar problemas de maneira gradual, sem introduzir grandes

modificações nas situações já existentes e sem provocar rupturas de qualquer natureza” (RUA, 2012, p. 87).

- David Easton – formulador da teoria de sistemas para área das políticas pública, ao defender que a mesma é um sistema onde estão presentes a relação entre “formulação, resultado e o ambiente”, que recebem “*inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse” (SOUSA, 2006, p. 05).

Após situar os conceitos anteriores, são importantes também mencionar as modalidades de Políticas Públicas as quais estão intimamente ligadas aos estudos desses autores e citar que o método “racional-compreensivo relaciona com a macropolítica e suas grandes análises do cenário político-institucional” onde as decisões políticas e sua inserção visam ao alcance de objetivos preestabelecidos. E que “o método incrementalista que se liga à micropolítica e à busca de soluções para problemas mais imediatos e prementes” parte do aspecto de que a influência das políticas públicas deve fundar-se na análise dos problemas sociais de forma a atender aos interesses da sociedade (RUA, 2012, p. 23).

Elenaldo Celso Teixeira (2002, p. 5) em seu estudo sobre “O Papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade” cita que algumas dimensões devem ser consideradas na formulação das Políticas Públicas e que é de suma importância a participação da sociedade civil neste processo, e entre tais aspectos encontram-se os elementos a seguir:

Identidade – iniciativas de proposições para responder questões constituem um elemento importante no processo de formação de identidade coletiva dos atores sociais.

Plataformas Políticas – as políticas públicas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia [...].

Mediações Institucionais – as políticas públicas traduzem mediações entre interesses e valores dos diversos atores que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto da sociedade ou determinados grupos sociais.

Dimensão Estratégica – as políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico e à constituição de fundos públicos assumem aspecto estratégico, quando se constituem referência e base para a definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas.

Diante das diferentes abordagens salientadas neste trabalho sobre diagnóstico dos modelos e conceitos das Políticas Públicas é possível extrair e sintetizar seus elementos principais como tão bem colocou Celina Souza (2006, p. 17-18) ao registrar que:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

2. Entendendo a Educação Profissional

As Políticas Públicas para Educação Profissional ordenada a partir do final do século XX e da primeira década do século XXI pelos governos demonstram uma preocupação salutar pela qualificação profissional.

E o governo federal ao longo dos últimos doze anos tem demonstrado intenso interesse nesta área, ao realizar ações que visam não só melhorias como também buscam avanço nas áreas de Educação Profissional no país.

Marília Gomes de Carvalho (2011, p. 11) expõe que

Os países de Terceiro Mundo que estão em desenvolvimento, inclusive o Brasil, buscam formas diversas de se integrar ao mercado mundial, seja adotando medidas de transferência de tecnologia, seja buscando o intercâmbio com as fontes de conhecimentos e informações, seja desenvolvendo programas de educação tecnológica que possibilitem aos trabalhadores adquirir não só novas tecnologias de produção, mas também novas formas de organização da produção, de gestão da tecnologia e da inovação, que sejam mais adequadas à nova realidade globalizada.

Observou-se a premente necessidade de qualificação de profissionais, de trabalhadores, de mão de obra qualificada nas áreas em expansão. Para tanto é importante verificarmos a Educação Profissional, na esfera das políticas públicas formuladas no país, para que se torne possível entender esse processo e possibilite a novas indagações.

E neste contexto a ser apresentado, compreender a Educação Profissional “é uma tarefa que requer um entendimento histórico de como essa relação entre educação, profissionalização e projetos políticos de desenvolvimento organizou-se ao longo dos diferentes períodos vivenciados pelo país” (GOMES; MARINS, 2004, p. 62).

Ferretti e Silva Júnior (2009) ao proporem uma análise da proposta de educação profissional por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico do MEC/CNE na conjuntura das atuais “transformações do capitalismo e sua expressão no Brasil” (p. 43) analisam que,

O documento considera que uma adequada compreensão da educação profissional somente pode ocorrer se se levam em conta, de forma integrada, os contextos econômico, político e social. Esta afirmação parece-nos correta. A ela se segue uma outra: a de que os múltiplos fatores que constituem esses contextos se inter-relacionam na educação profissional, [...]. (p. 45)

2.1 Educação Profissional – conceito e princípios

No documento titulado como Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico (2009) destaca-se o que delibera a LDB em seus artigos 39 a 42, ao ilustrar a educação profissional como sendo

[...]‘integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia’, conduzindo ‘ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva’, a ser ‘desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada,’ na perspectiva do exercício pleno da cidadania. (p. 4)

Para Eliezer Pacheco (2011) a compreensão de educação profissional ocorre por meio da integração de diversos conceitos e afirma que esta

[...] baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. Nesse projeto educacional, a contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo, para isso, necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais. Afirma-se, pois, a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas, principalmente, por seu compromisso com o todo social. (p. 17-18)

Ruy Leite Berger Filho (1999, p. 92) coloca que na Lei Nº 9.394/94, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Capítulo III³ do Título V Dos níveis e das modalidades de educação e ensino, é por completo dedicado a Educação Profissional e sendo esta parte do sistema educacional, conforme descrito a seguir.

Na atual lei, o Capítulo III do Título V —« Dos níveis e das modalidades de educação e ensino »— é totalmente dedicado à educação profissional, tratando-a na sua inteireza, como parte do sistema educacional. Neste novo enfoque a educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização de trabalhadores de qualquer nível de escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. Enfim, regulamenta a educação profissional como um todo, contemplando as formas de ensino que habilitam e estão referidas a níveis da educação escolar no conjunto da qualificação permanente para as atividades produtivas. Embora a lei não o explicita, a educação profissional é tratada como um subsistema de ensino.

No parecer do CNE/CEB Nº 16, aprovado em 05 de outubro de 1999, e que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, é destacado que os princípios da construção da educação profissional estão articulados aos do ensino médio e também são comuns à educação básica e que são eles norteados por “valores estéticos, políticos e éticos” (BRASIL, 1999).

Todavia conclui enfatizando que é regida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme descrito em texto a seguir.

A educação profissional é, antes de tudo, educação. Por isso mesmo, rege-se pelos princípios explicitados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar, a valorização dos profissionais da educação e os demais princípios consagrados pelo artigo 3.º da LDB devem estar contemplados na formulação e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das escolas e demais instituições de educação profissional. (BRASIL, 1999).

³ Textos Incluídos pela Lei Nº 11.741 de 16 de julho de 2008, e que “Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica”.

É dentro deste contexto que se faz indispensável uma análise histórica da educação profissional no Brasil para assim tentar entender a conjuntura dos rumos seguidos pelo país durante esse processo.

2.2 Análise histórica da Educação Profissional no Brasil

A autora Márcia de Sousa Hobold (2004) expõe que

Em âmbito mundial, a implantação da Escola de Educação profissional começou a partir do século XIX ao passo que, no Brasil, este processo somente teve início nos primeiros anos do século XX, mas precisamente em 1909, com as Escolas dos Aprendizes Artífices. Esta Educação Profissional de outrora, inspirada no trabalho manual, constituía o processo de ensino-aprendizagem da construção de peças de artesanato e incluía a formação para as profissões de sapateiro e alfaiate, por exemplo. Com a chegada das tecnologias para atender às necessidades das ferrovias, das empresas automobilística, da microeletrônica e demais atividades, a escola da Educação Profissional manteve-se muito próxima do contexto social e organizacional, com a missão de atender a esta demanda. (p.13)

A Educação Profissional no Brasil apresenta uma sucessão de fases ao longo do tempo que conduzem a uma proposta que integralizou diversos órgãos e segmentos sociais.

Quadro 01 – Síntese do histórico da educação profissional no Brasil

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprindo, assim, o mercado produtivo, dominado

	pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

Fonte: Wittaczik, 2008, p. 79-80.

Destaca-se que os anos de 1930 são considerados referencial histórico para Educação Profissional no Brasil, e que esta década assinala o início da industrialização no país e, conseqüentemente, veio possibilitar a “institucionalização de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo”. E, com o surgimento do Sistema S⁴, na década de 1940, possibilitou o aumento ao atendimento para os setores produtivos (WITTACZIK, 2008, p. 80).

A existência das escolas públicas profissionalizantes, de forma explícita, vai ao encontro dos interesses do capital industrial, segundo o novo modelo de desenvolvimento. Em decorrência do processo de mudança da sociedade, essas escolas vão se posicionando, de forma mais direta, vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, aspecto esse que consagrou sua mais visível referência: qualificar mão de obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país, característica típica de governos no estado capitalista moderno no que concerne a sua relação com o mercado, objetivo que se complementa com a manutenção, sob controle social, dos excluídos dos processos de produção. (IFPB, 2010, p. 15)

E é neste contexto que a partir de 1942 as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e passam a oferecer formação profissional de nível equivalente ao secundário, formalizando a vinculação do Ensino Industrial à estrutura do Ensino do País (IFPB, 2010, p. 15).

Mais adiante no período entre 1956 e 1961 a indústria automobilística torna-se ícone da indústria nacional, trazendo investimentos para a formação de profissionais direcionados para as metas de desenvolvimento do País.

Neste momento o ano de 1959 é marcado pelo início da transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias e que logo, passam a serem denominadas Escolas Técnicas Federais com autonomia didática e gerencial, conforme descrito bem logo a seguir.

⁴ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, e além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S atualmente: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); Serviço Social de Transportes (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>>

Foi no ano de 1959 que se iniciou o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. As instituições ganham autonomia didática e de gestão e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Com isso, intensificam, gradativamente, a formação de técnicos: mão-de-obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização. (IFPB, 2010, p. 15)

A modernização da estrutura produtiva à custa do endividamento externo caracteriza os anos de 1964 a 1985. As modificações no Mundo do Trabalho, na economia, nos setores produtivos sugerem a uma educação profissional para esta nova realidade. E,

A partir da década de 80, as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas. Em consequência, passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores; educação profissional básica aos não qualificados; qualificação profissional de técnicos; e educação continuada, para atualização, aperfeiçoamento, especialização e requalificação de trabalhadores. (Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico – MEC, 1999, p. 05)

É nesta conjuntura que em 1971 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), compulsoriamente, estabelece o currículo do segundo grau em técnico profissional. E, mais adiante em 1978 as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica com a prerrogativa de “formar engenheiros de operação e tecnólogos” (IFPB, 2010, p. 16)

Os anos de 1980 caracterizam-se por uma nova configuração da economia mundial, conhecida como globalização. O cenário político no fim desta década revela novas expectativas da sociedade que se concretiza com a promulgação da Constituição de 1988.

Para Lima (2012. p.78) os debates e as disputas adivinhas de atores sociais, neste período, expressam-se no papel com o modelo de organização da educação a

partir da Constituição de 1988 e nos desdobramentos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Tal enfretamento expressou-se no papel e no modelo de organização que a educação passou a ter a partir da Constituição de 1988 e nos desdobramentos que se seguiram à organização da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996. No que diz respeito à educação, apresentava-se a proposta de superação do modelo dual predominante na organização da educação de nível médio através de orientações que apontavam para um modelo de educação profissional politécnica, no qual a formação técnica e profissional estivesse aliada a uma formação cultural e científica. (Idem, *Ibidem*)

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394, é aprovada e, no ano seguinte, o Decreto n.º 2.208 regulamenta os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. E tais “mudanças estabelecidas pela nova legislação são profundas e cortam pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais” (IFPB, 2010, p. 18).

O Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997 veio regulamentar § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei Federal Nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Profissional) que sugeriram diretrizes e orientações para formação profissional e que “propunham a flexibilização do currículo e o desenvolvimento da formação técnica e profissional separada da formação científica e humanista que deveria ser desenvolvida no ensino médio regular” (LIMA, 2012, p. 79).

Cabe colocar que o decreto anteriormente citado, em conjunto com Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)⁵ estabeleceram as bases da

⁵O PROEP foi uma iniciativa do Ministério da Educação – MEC, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que buscou desenvolver ações integradoras da educação e do trabalho, a ciência e a tecnologia, objetivando a implantação de um novo modelo de educação profissional, que proporcionasse a ampliação de vagas, a diversidade de oferta e a definição de cursos adequados às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia. Teve seu marco inicial em 24 de novembro de 1997 quando foi assinado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso o "Acordo de Empréstimo e o Contrato nº 1052" – OC/BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, [...]. Visou à implantação da Reforma da Educação Profissional, especialmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela legislação, abrangendo aspectos técnico-pedagógicos tais como a flexibilização curricular e a adequação à demanda, formação e avaliação por competências, aspectos de gestão que contemplem a autonomia, a flexibilidade, a captação de recursos próprios e a questão das parcerias bem como a expansão da Rede de Educação Profissional mediante iniciativas do segmento comunitário. (Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/relativ2000.pdf>>, acessado em 10 de julho de 2014).

reforma da educação profissional no Brasil proposto pelo governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Conforme também emana o documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em debate” resultante da 7ª edição do Fórum Estadual de Educação Profissional realizado em março/abril de 2010 no Rio de Janeiro ao registrar que as ações decorrentes do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e do Decreto 2.208/97 “ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional”, enfatizando que

Nesse contexto, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a **concomitante** ao ensino médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos ser realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa). A outra forma é a **sequencial**, destinada a quem já concluiu o ensino médio (2010, p.14).

Resistências de movimentos sociais contrários às mudanças propostas com a separação entre educação básica e profissional; posicionamento dos estados, desfavoráveis ao que propõe o documento, expõe que a separação da educação profissional do médio “estabeleceu oferta paralela ao sistema de ensino regular” (Idem, p. 16); e resultaram em implicações sobre a Educação Brasileira.

Como se vê, todo esse contexto do final dos anos 1990 produziu efeitos graves sobre a educação brasileira em todos os níveis. No que se refere à educação básica, a síntese e a explicitação legal da dualidade entre ensino médio e educação profissional, com todas as consequências que isso representa. (Idem, p. 17)

Gabriel Grabowski (2006) salienta:

Sabemos que a dualidade é reflexo da divisão social e técnica do trabalho, o que é próprio das sociedades capitalistas, mas, também, precisamos acreditar na sua superação gradativa, pois pensamos que temos condições de construir uma educação que contribua para a transformação de tais estruturas (p. 11).

Contudo identifica que a superação deste momento, por uma nova “política educacional e um projeto de desenvolvimento nacional”, será provável mediante a “democratização do acesso à educação” e a “formulação de novas concepções de educação” conforme descrito a seguir (GRABOWSKI, 2006, p. 11).

Esta superação quem sabe será possível mediante uma grande democratização de acesso à educação do conjunto da sociedade e a formulação, por esta sociedade, com a participação dos trabalhadores, em conjunto com *intelectuais orgânicos*⁶ a eles vinculados, de uma nova concepção de educação que “*articule formação científica e sócio-histórica à formação tecnológica*” (KUENZER, 2000, p. 34), ou seja, o Ensino Médio e técnico integrados em um único currículo e compondo uma nova modalidade de educação do cidadão brasileiro. (Idem, Ibidem)

Posteriormente, a publicação do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 altera o cenário da educação profissional no Brasil ao revogar do Decreto 2.208/97 e permitir “a reorganização do espaço escolar para a oferta da Educação Profissional nas instituições públicas de ensino da educação básica” (SILVA; PAES, 2012, p. 01).

O novo decreto parte do pressuposto da integração da educação profissional com o ensino médio, na modalidade Integrada, Concomitante e Subseqüente. Abre-se assim, novas perspectivas para a formação dos trabalhadores jovens e adultos no tocante a educação formal de nível médio e profissional, fundado sob os princípios da Integração. Tal princípio se funda no trabalho, na ciência e na cultura, pilares de todo o processo educativo. (Idem, Ibidem).

Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005, p. 1089) salientam que “O tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação ao início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública” e que ao revogar o Decreto nº 2.208/97, seria esta uma decisão “relevantes em razão de seu fundamento político”, pois provocaria a possibilidade do restabelecimento da “integração curricular dos ensinos médios e técnicos” e que viria

⁶ Vide Gramsc (Grifos nosso).

[...] corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (Brasil, MEC, 2005, p. 2 apud Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, 2005, p. 1089)

Proporcionado como marco regulatório da educação profissional no Brasil, superando a dualidade histórica que marcou a educação brasileira possibilitou a reorganização do ambiente escolar. Para Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005, p. 35-37 apud SILVA; PAES, 2012, p.3) com ele possibilitou

[...] recupera-se o ideário da politécnica para “romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade”; assim, se lê que “a normatização da articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio de forma integrada, nos termos dispostos no parágrafo 2º do art. 36 da LDB”.

Ao analisar a relação do Decreto nº 2.208/97 e do Decreto n. 5.154/2004 com o dualismo da educação brasileira e com as possibilidades de uma formação geral integrada à educação profissional conclui-se que

O que se buscava no projeto de LDB aprovado na Comissão da Câmara e que se tenta resgatar com o Decreto n. 5.154/2004, com todas as contradições já assinaladas, é a consolidação da base unitária do Ensino Médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas. Em termos ainda somente formais, o Decreto n. 5.154/2004 tenta restabelecer as condições jurídicas, políticas e institucionais que se queria assegurar na disputa da LDB na década de 1980. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006, p. 56)

A conjuntura social brasileira no início do mandato do Governo Federal em 2003 retomou as discussões acerca do Decreto nº 2.208/1997, e resultou na “mobilização de setores educacionais vinculados ao campo da Educação

Profissional” e, conseqüentemente, levantou debates cujos temas prevalentes eram a relação “ensino médio e educação profissional” (MEC, 2007, p. 23).

O Decreto nº 5.154/2004 em seu Artigo 1º define que a Educação Profissional “será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; Educação Profissional Técnica de nível médio; e Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação”. E ainda determina que “a Educação Profissional Técnica de nível médio (...) será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio” (Artigo 4º), e que esta articulação entre a Educação Profissional Técnica de nível médio e o Ensino Médio “dar-se-á de forma integrada, concomitante e subseqüente ao Ensino Médio” (MEC, 2004, incisos I, II e III do § 1º do Artigo 4º).

O seu Artigo 4º define como premissas básicas a serem observadas na organização da Educação Profissional Técnica, de forma articulada com o Ensino Médio, que sejam observados

os objetivos contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos do seu projeto pedagógico (Idem, Ibidem).

Assim, o Decreto N.º 5.154/2004 veio como uma nova chance para integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Um instrumento legal que trazia de volta

a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção. (MEC, 2007, p. 24)

Silva e Invernizzi (2008) ao proporem uma reflexão sobre a reforma da educação profissional após o Decreto 5.154/2004, a partir das condições sociais em que se encontrava a população brasileira no momento da transição governamental concluem

que a proposta de integração contida no plano de governo ficou longe de ser concretizada, no quadro de interesses em disputa. Contudo, há de se avaliar com otimismo a possibilidade de avanços a partir das pressões vindas da luta incansável de educadores, intelectuais, comunidades e gestores de alguns estados brasileiros, que durante a reforma anterior fizeram o enfrentamento à política de desintegração concretizada pelo Decreto 2208/1997 e que, agora, a partir do restabelecimento da possibilidade legal de integração, buscam massificá-la (p. 113).

É no contexto de reinício da retomada das políticas federais para educação profissional que o governo federal aprova a Lei n.º 11.741 de 16 de julho de 2008, cujo conteúdo modifica artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as novas diretrizes e bases da educação nacional, a fim de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

A referida Lei altera o parágrafo segundo do artigo 39 da Lei nº 9.394 ao reiterar que a Educação profissional abrangerá os cursos “I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - de educação profissional técnica de nível médio; III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”.

3. A Rede Federal e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A Rede Federal passou pela maior expansão da sua história. Esta mudança ocorreu em consonância com a publicação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que veio instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela transformação e integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas existentes.

Vinculada ao Ministério da Educação a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passa a ser formada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II.

Em consulta realizada em 20 de julho de 2016, no site da Rede Federal foi verificado que, atualmente são 644 *Campi* em funcionamento, consolidado por 38 Institutos Federais, 02 Cefets, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica, se fazendo presentes em todos os Estados do Brasil.

Este novo modelo apresentado não obteve a adesão de todas as Instituições para a formação dos Institutos Federais, como a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e os CEFETs (Minas Gerais e Rio de Janeiro), mas estas também compõem a rede federal por também oferecerem Educação Profissional em todos os níveis.

Os Institutos Federais apresentam-se como uma estrutura de Educação profissional, que oferece cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrados e doutorados. Assim, passam a contemplar a Educação Profissional em todos os níveis.

Com natureza jurídica de autarquia e detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, os Institutos Federais são instituições pluricurriculares e multicampi, cujos objetivos são:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008)

Cassiolato e Garcia colocam que a “oferta de cursos nas instituições é feita em sintonia com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais e regionais” e que as novas unidades, sejam institutos federais ou novos *campi*, passam por “processo de audiência pública para definir suas vocações e respectivos cursos” (2014, p. 18). Assim, técnicos e tecnólogos são formados para atuarem de forma mais contextualizada em suas cidades e regiões.

Os Institutos Federais como política pública veio como proposta de recuperação histórica da rede federal, assumindo a função social, conforme explana o documento publicado em 2010 pelo Ministério da Educação.

Recuperar, mesmo que de forma panorâmica, a história da rede federal de educação profissional e tecnológica é fundamental quando se busca a afinidade entre política de educação profissional e política pública. E é no enlace dessa trajetória centenária com o futuro que já se faz presente que os Institutos Federais assumem seu verdadeiro papel social, contribuindo para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária. [...] Mais que tudo, a decisão de estabelecer os Institutos Federais como política pública representa trabalhar na superação da representação existente [...] e estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública, com singularidades que lhe são bastante próprias, passando a atuar como uma rede social de educação profissional e tecnológica. Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos Federais reúnem, da diversidade sociocultural, princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores universais do homem [...].(p.07 - 21)

Eliezer Pacheco (2011, p. 94) reflete que os Institutos Federais, por meio da Educação Profissional e Tecnológica, irão integrar “ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos”, promovendo o “desenvolvimento da capacidade de investigação científica” na formação de indivíduos integrados e articulados, e o diálogo entre as políticas sociais e econômicas, entre outras, revelando assim, a “inegável função social” desta nova estrutura educacional. E conclui destacando que “a estrutura multicampi possibilita aos Federais a sua vinculação com a região em que estão inseridos, permitindo respostas efetivas aos anseios da comunidade”.

3.1 A Educação Profissional nos Institutos Federais

Subsidiada pelo que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Capítulo II⁷ - Da Educação Profissional e Tecnológica, esta passa a integrar diferentes níveis e modalidades de educação, e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Abrangendo cursos de formação inicial e continuada/qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação nacional estabelece no artigo 39⁸ que

⁷ É importante ressaltar que o capítulo citado sofreu alterações e inclusões dadas pela Lei n.º 11.741 de 16 de julho de 2008, aqui já incluídos.

⁸ Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008.

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

É importante destacar que a organização dos cursos de educação profissional e tecnológica se dará por eixos tecnológicos, atendendo as normas do sistema e nível de ensino. Já os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação seguirão os que estão estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação por meio as diretrizes curriculares nacionais.

Pacheco (2011, p. 25) esclarece que a organização os cursos de educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico enfatiza “às bases tecnológicas e os conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho etc.”, pois para ele (apud MACHADO, 2008) eixo tecnológico é o que define como “linha central, definida por matrizes tecnológicas, que perpassa transversalmente e sustenta a organização curricular e a identidade dos cursos, imprimindo a direção dos seus projetos pedagógicos”.

3.2 Aspectos gerais da gestão na Educação Profissional

A criação dos Institutos Federais ocorreu por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e o seu parágrafo único do Artigo 1º passa a definir estas novas instituições como sendo de “natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”.

E que a organização dos Institutos propõe, para as políticas educacionais no Brasil, uma forma “singular de organização e gestão, no diálogo com as realidades regional e local e em sintonia com o global” (PACHECO, 2011, p. 33)

O Artigo 2º da Lei 11.892/2008 delinea que “Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi”, o que permitiu que a gestão dos institutos e da rede assumisse caráter sistêmico, vindo reconhecer a autonomia das unidades, sendo este apresentado como um novo modelo de gestão, conforme salientado a seguir:

A gestão de cada instituto e da rede que eles formam assume um caráter sistêmico que exige o reconhecimento da autonomia de cada unidade, bem como a necessidade de trabalho permanente em prol do equilíbrio estrutural entre os *campi* de um mesmo instituto e entre os institutos. Isso implica um novo modelo de gestão baseado, em essência, no respeito, no diálogo e na construção de consensos possíveis tendo sempre como horizonte o bem da comunidade e não o ensimesmamento das instituições. (PACHECO, 2011, p. 54)

No estudo de Fernandes (2009, p. 01) sobre a gestão dos Institutos Federais é descrito que esta nova forma de organização “caracteriza-se como próprio de uma estrutura em rede” que são integrados por um núcleo central comum, tendo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - na esfera nacional, e a Reitoria, com seus *campi*, no espaço regional.

Sendo assim é possível concluir por este enfoque que

Na prática, a proposta dos Institutos Federais compreende uma estruturação própria de uma organização composta de várias organizações, situação própria das grandes instituições, que se apoiam em estruturas híbridas, sendo inviável, portanto, na sua gestão, a aplicação de um único tipo de forma organizacional. Nessa realidade de enfoque sistêmico, o Instituto Federal passa a ser um conjunto de Unidades com gestão interdependente entre os *campi* e a reitoria, integrados por princípios institucionais estratégicos, inclusive projeto político-pedagógico único, com foco na justiça social e equidade. (Idem, p. 04)

3.3 Abrangência da Educação Profissional

3.3.1 Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional

Os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional foram incluídos no Artigo 39 § 2º inciso I da LDB por meio da lei 11.741/2008, como uma nova modalidade, também denominados de cursos FIC.

O Guia PRONATEC de Cursos FIC, elaborado pelo Ministério da Educação, para direcionar a oferta dos cursos do PRONATEC/Bolsa-Formação, está na 4ª edição. Neste estão listados 646 cursos distribuídos em 13 eixos tecnológicos. Para o MEC a construção deste documento busca também consolidar as políticas públicas que objetivam aproximar o mundo do trabalho do universo da educação como descrito na apresentação do documento.

3.3.2 Cursos Técnicos de Nível Médio

Abrangido nos Artigos 36 A, 36 B, 36 C, 36 D – Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – e 39 § 2º inciso II da LDB, foram incluídos a partir da lei 11.741/2008 como modalidade de educação profissional. Os cursos Técnicos podem ser oferecidos nas formas articulada, integrado ou concomitante, com o ensino médio ou subsequente, para os que já concluíram o ensino médio.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, em vigência desde 2008, é uma importante referência para a oferta dos cursos técnicos de nível médio nos diferentes sistemas de ensino Federal, Estadual/Distrital e Municipal do país. Foi atualizado por meio da Resolução CNE/ CEB nº 04 de 06 de junho de 2012. Dessa forma, a versão 2012 do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos contempla 220 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, e constitui-se em referência e fonte de orientação para a oferta dos cursos técnicos no país⁹.

⁹ Vide: <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>

3.3.3 Cursos Tecnológicos de Graduação e Pós-graduação

Apresentado na LDB no inciso II § 2º do artigo 39 como uma das abrangências da educação profissional, os cursos tecnológicos de graduação e pós-graduação são formados de acordo com os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais.

É por meio do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia¹⁰ que são organizados e orientados a oferta de cursos superiores de tecnologia, embasado no que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e os requerimentos da sociedade atual.

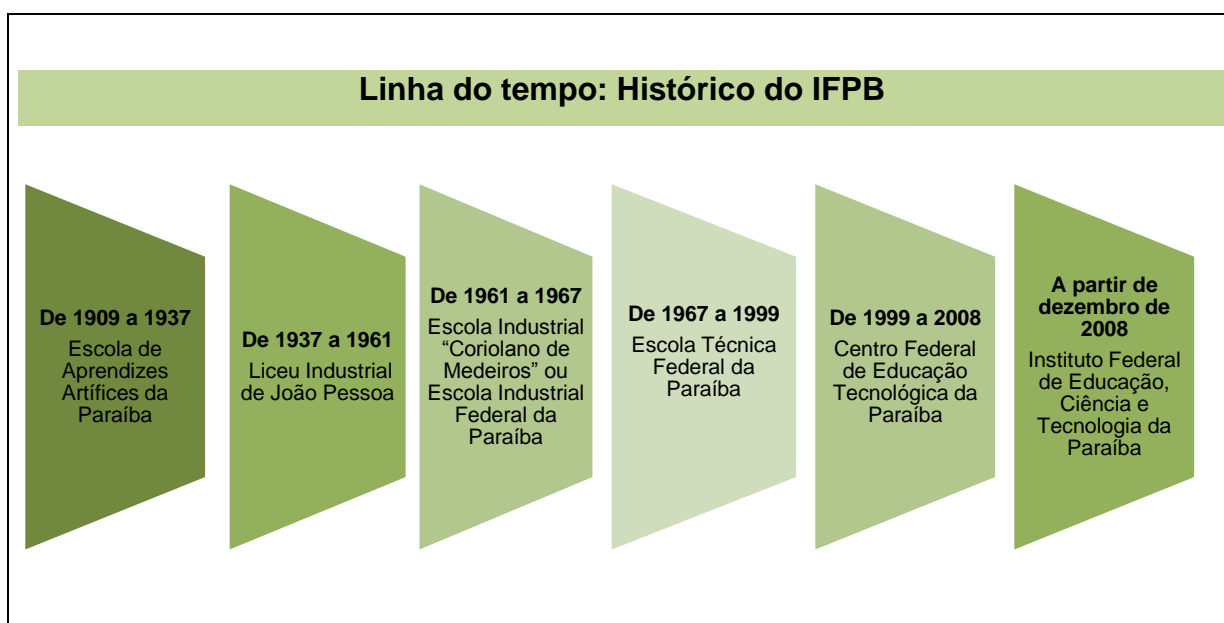
¹⁰ Vide: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content&

4. Panorama da Educação Profissional no contexto do IFPB

4.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB: Breve Histórico

A Instituição foi criada em 23 de setembro de 1909 como Escola de Aprendizes e Artífices, tendo passado por diversas mudanças históricas na sua institucionalidade. Recebeu diversas denominações, conforme descrito na Figura 01 - Linha do tempo: Histórico do IFPB.

Figura 01 - Linha do tempo: Histórico do IFPB



Fonte: IFPB, 2010.

Com mais de cem anos de existência, recebeu diferentes denominações: Liceu Industrial de João Pessoa – 1937 a 1961, Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba – 1961 a 1967, Escola Técnica Federal da Paraíba – 1967 a 1999. Passando a partir do ano 1999, através da Lei 8.948/94, com implantação regulamentada pelo Decreto nº 2.406/97, a ser chamada de Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, sendo a alteração mais recente a que deu origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, decorrente da Lei n.º 11.892, de 29/12/2008.

É importante ressaltar que o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAF Sousa) unem-se para criar o então Instituto Federal da Paraíba consolidando como referência da Educação Profissional em toda Paraíba.

Com o advento da Lei 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência da Educação Profissional na Paraíba, e além dos cursos, usualmente chamados de “regulares”, desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades de competência técnica no exercício da profissão. (IFPB, 2010, p. 10)

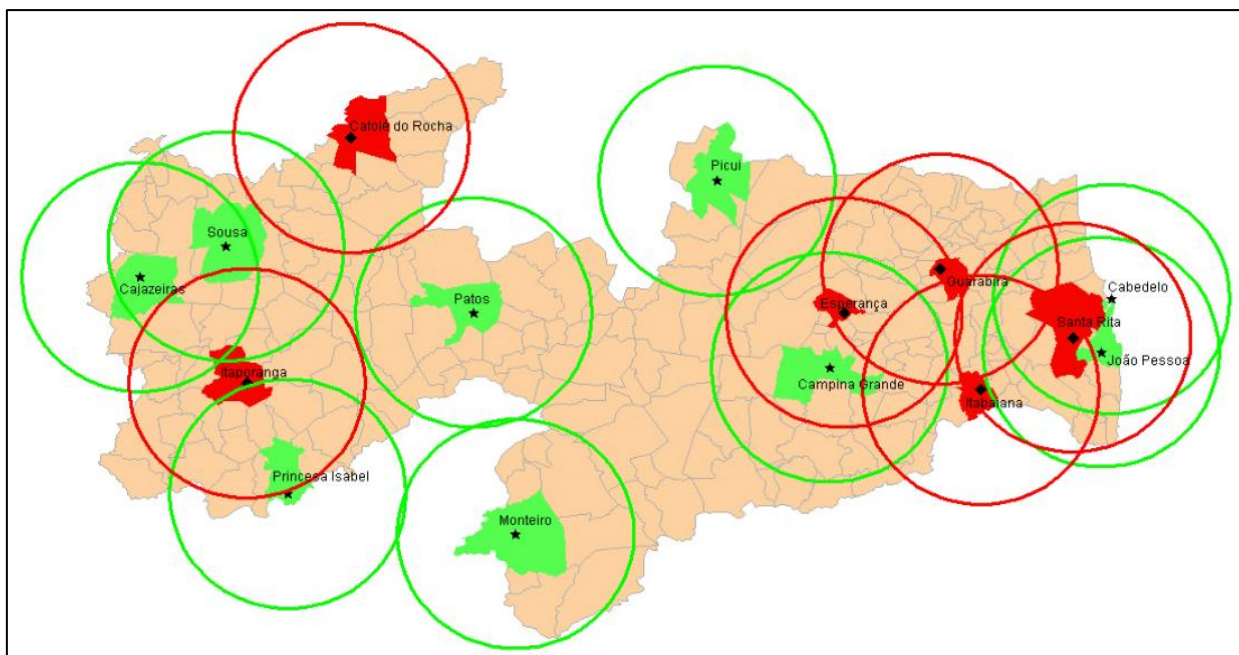
O IFPB rege-se pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto; Regimento Geral; Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI; Regimento Interno dos *Campi*; Normas Acadêmicas e/ou administrativas aprovadas por Resoluções do Conselho Superior.

Na sua Estrutura Organizacional possui um modelo de administração descentralizada em todas as suas unidades (*Campi*) e esta descentralização ocorre por meio de delegação de competência conferida pelo Reitor, aos dirigentes das Unidades, mantidas as prerrogativas de coordenação e supervisão pelos Órgãos da Administração Superior. (IFPB, 2010, p. 10)

A composição administrativa está dividida em: Órgãos Deliberativos e Consultivos da Administração Superior – Conselho Superior e Colégio de Dirigentes; Órgão de Assessoramento à Administração Superior – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Órgãos Executivos – Reitoria e Pró-reitorias.

Possui 11(onze) campi em funcionamento que são: Cabedelo, Cabedelo Centro, Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Sousa. Além de 10 (dez) unidades em processo de implantação que são: Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira (João Pessoa), Santa Luzia, Santa Rita, Soledade e Pedras de Fogo.

Figura 02 – Mapa de Interiorização do IFPB



Fonte: www.ifpb.edu.br

A instituição está contemplando todo o Estado, como pode ser verificado na Figura 02, que apresenta a configuração da interiorização do IFPB na Paraíba e o alcance regional que cada unidade pode obter.

5. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC

A realidade social contemporânea nos mostra que as políticas de educação não são uníssonas, que há caminhos diferenciados de fazê-las. Mostra-nos também que elas podem contar com o ímpeto de uma democracia ascendente, que não quer somente um Estado ético e transparente, mas quer participar dele de modo mais próximo e intenso (CURY, 2002 apud MORAES, 2009, p. 176).

5.1 A implantação do PRONATEC

Constata-se que na última década o governo federal tem investido em programas estratégicos cujas ações são voltadas para a melhoria na qualidade dos serviços prestados a população e no avanço tecnológico do Brasil. Diante disso observou-se premente a necessidade de qualificação de profissionais, de trabalhadores, de mão de obra em diversas áreas.

A necessidade de melhor qualificação dos recursos humanos é um requisito da economia e uma aspiração da população, que sabe que as pessoas mais educadas conseguem melhores empregos e melhores rendas. [...] A má qualidade da educação brasileira e as limitações históricas do ensino técnico, combinados com o aquecimento da economia brasileira nos últimos anos, que levou a uma queda progressiva das taxas de desemprego, parecem justificar uma preocupação generalizada na sociedade brasileira a respeito de um suposto "apagão de mão de obra", ou seja, a dificuldade do setor produtivo conseguir no mercado de trabalho pessoas com as qualificações profissionais de que necessita. (Schwartzman; Castro, 2013, p. 564-565)

Alves; Vieira (1995) ao escreverem sobre a qualificação profissional como proposta de política pública assinalaram que o Brasil visando sua presença no mundo globalizado necessitava se adequar aos novos padrões exigidos do mercado e isso seria massivamente obtido através também da qualificação da mão de obra.

A tendência mundial aponta para um fenômeno irreversível e com intensidade crescente: a globalização dos mercados decorrente da internacionalização da economia. Nesse novo ambiente, o Brasil, para

ampliar e consolidar sua presença no comércio internacional tem que adequar sua produção aos padrões de qualidade e produtividade vigentes na economia mundial. O processo de modernização se dá tanto pelas inovações tecnológicas, lideradas pelas áreas de informação e microeletrônica, quanto pelos novos processos organizativos e gerenciais. O ritmo de expansão horizontal das inovações tecnológicas desses setores para outros ramos industriais e de serviços tem sido intenso. A previsão é que cada vez mais empresas adotarão processos modernos de produção e, portanto, a qualificação profissional do trabalhador poderá constituir-se em nó crítico para a expansão desses processos. [...] O país tem, portanto, um enorme obstáculo a vencer: o de qualificar, em tempo coerente com as necessidades, os trabalhadores para assegurar-lhes empregos de qualidade e garantir o sucesso do processo de modernização produtiva [...] O desafio é o de qualificar massivamente os trabalhadores com uma metodologia que rompa com a concepção tradicional de capacitação profissional e incorpore a formação escolar para possibilitar a continuação do processo educativo do trabalhador. (p.3 - 4)

Os estudos de Montagner e Muller (2015) sobre a inclusão produtiva urbana destacam que a conjuntura do mercado de trabalho no Brasil direcionava a momento oportuno para implantação do programa numa perspectiva de mudanças transformadoras que atendia uma parcela da população até então menos favorecida pelos investimentos nos processos de educação profissional de qualidade, ao defender que,

O Programa nasce com a perspectiva de que essa realidade pode ser mudada e que para isso é fundamental o compromisso de todos [...] e que com investimento no processo de educação profissional de qualidade, essa realidade pode ser transformada, mudando as oportunidades de educação e de trabalho dessa parcela da população, que via de regra não consegue vencer as barreiras das condições de pobreza em que se encontra. É importante mencionar também que, em 2011, quando o programa foi desenhado e inicia sua implementação, o mercado de trabalho brasileiro tinha registrado seguida ampliação do número de empregos com vínculo formalizado, ampliação do rendimento do trabalho, não apenas nos valores médios, mas também nos rendimentos associados ao salário mínimo, ampliação das atividades dos trabalhadores autônomos e decréscimo no desemprego, em suas diferentes formas. (p. 07)

Para a então Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante discurso na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego em 28 de abril de 2011 “o país vivenciava um vigoroso e duradouro processo de desenvolvimento”. Passava a ocupar 7ª economia do mundo, com

significativas mudanças e consequentes desafios estruturais que decorriam “justamente dessa característica de termos obtido várias conquistas ao longo desse processo”. E ainda esclarece:

Estamos, hoje, próximos do pleno emprego e enfrentamos grande demanda de mão de obra qualificada. Demanda, muitas vezes, assimétrica porque, em alguns casos, falta mão de obra qualificada, em outros, sobra mão de obra sem a qualificação necessária derivada das nossas necessidades, da indústria, do comércio, dos serviços, enfim, do sistema produtivo. O sistema de capacitação profissional brasileiro já não corresponde às necessidades do país e às dimensões de nossa economia. Ele é fruto de um outro período do desenvolvimento econômico do nosso país. Por isso, ele se tornou um desafio. Um desafio à nossa capacidade de crescimento e, por isso mesmo, tem de ser enfrentado de maneira direta e muito articulada. (Discurso da Presidente Dilma Rousseff no lançamento do PRONATEC, Palácio do Planalto – 28/04/2011).

É neste contexto que em 26 de outubro de 2011, Dilma Rousseff sanciona a Lei nº 12.513 e Institui o Programa Nacional de acesso ao Ensino técnico e Emprego (PRONATEC), e enfatiza que com o Programa, o governo pretende dar condições para que jovens e trabalhadores sejam capacitados para o mercado de trabalho, além de permitir o aumento da produtividade da economia e a renda da população e destaca que a educação é "um dos melhores caminhos para o desenvolvimento" (Discurso da Presidente Dilma Rousseff no lançamento do PRONATEC, Palácio do Planalto – 28/04/2011).

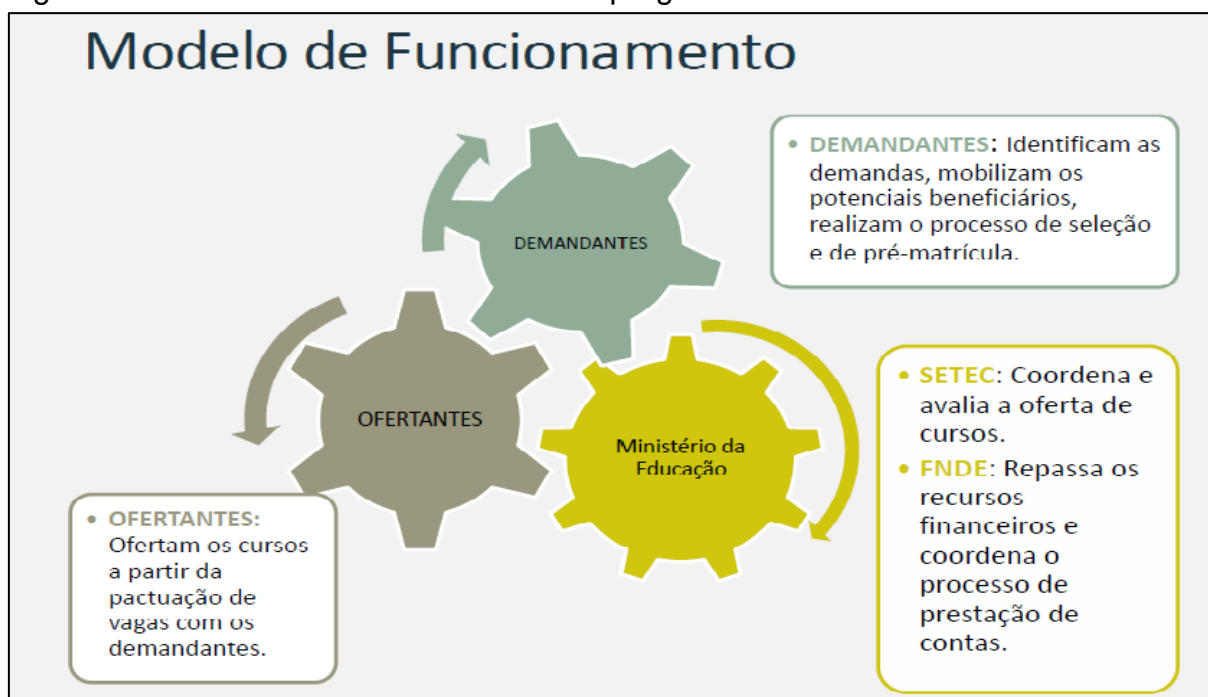
A Nota Técnica n.º 278/2014/SETEC/MEC que assunta sobre o balanço do PRONATEC e as suas perspectivas para o período 2012-2015 coloca que a criação do programa sustentou-se em pilares que buscavam dar visibilidade à educação profissional e tecnológica. Assim como ampliar a oferta de vagas gratuitas, e a garantia na qualidade das ofertas de cursos (p. 02).

O documento relaciona também que a ampliação destas ofertas devam atender públicos alvos e prioritários das já vigorantes políticas públicas do governo federal, vindo proporcionar oportunidades educacionais a trabalhadores por meio da formação e da qualificação profissional, promovendo, sobretudo, “à articulação entre políticas de Educação Profissional e Tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda” (Nota Técnica n.º 278/2014/SETEC/MEC, p. 02).

Um investimento deste porte só é cabível se houver o envolvimento coordenado de diversos segmentos, ou melhor, se os setores produtivos, as instituições qualificadoras e o governo estiverem sintonizados e integrados em prol de um mesmo objetivo.

Na figura 03 “Modelo de funcionamento” o funcionamento do programa é apresentado como eixos que se interligam e se movimentam uns com os outros.

Figura 03 – Modelo de Funcionamento do programa PRONATEC



Fonte: SETEC/MEC, 2013, p. 06. Disponível em: <map.mec.gov.br> Acesso em: 15/07/2016.

A lei 12.513 de 26 de outubro de 2011, que institui o programa, prevê o envolvimento de diversos segmentos no cumprimento de sua finalidade como previsto no Artigo 3º:

O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei.

5.2 As Instituições Parceiras: ofertantes e demandantes

Às Instituições parceiras ofertantes do PRONATEC competem realizar a oferta de vagas homologadas pelo Ministério da Educação e assegurar condições necessárias para o desenvolvimento dos cursos. As suas competências estão estabelecidas na Portaria/MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015 e estão divididas nos seguintes grupos:

- os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e as demais instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- as instituições públicas das redes estaduais, distrital e municipais e fundações públicas precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica;
- as instituições dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAC, SENAI, SENAR, SENAT); e
- as Instituições de Ensino Superior – IES e escolas técnicas de nível médio privadas devidamente habilitadas pelo MEC;

Os cursos da Bolsa-formação estudante e Bolsa-formação trabalhador são ofertados, considerando a sua modalidade, pelas seguintes instituições (Portaria/MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015):

- Cursos de Qualificação Profissional e Cursos técnicos concomitantes ao ensino médio: por instituições públicas e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;
- Cursos técnicos subsequentes, por meio do SISUTEC: por Instituições públicas e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e instituições privadas habilitadas pelo MEC.

As Instituições parceiras demandantes de cursos do PRONATEC/Bolsa-formação são responsáveis por identificar a necessidade de cursos de educação profissional e realizar a mobilização e seleção de candidatos em seus âmbitos de atuação, identificando os beneficiários e respeitando o perfil definido para os cursos, que pode incluir acesso de públicos prioritários, idade e escolaridade mínima, entre

outros, conforme competências detalhadas na Portaria/MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015.

Os demandantes são ao todo 19 (dezenove) parceiros entre Ministérios e Secretarias distribuídos em 43 (quarenta e três) modalidades de demandas diferentes cada qual com seu público alvo específico, conforme pode ser visto no Quadro 02 a seguir:

Quadro 02 – Demandantes da Bolsa-formação do PRONATEC

Parceiro Demandante	Modalidade de Demanda	Perfil de Público
Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação - SEDUCs	Pronatec Jovem Técnico Concomitante	Estudantes do ensino médio da rede pública
	Pronatec Jovem FIC	Estudantes do Ensino Médio da rede pública
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	Pronatec Brasil sem Miséria	Cadastrados no CadÚnico
	Pronatec Mulheres Mil	Mulheres cadastradas no CadÚnico
	Pronatec Sistema Socioeducativo Aberto	Jovens e Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto
	Pronatec Vira Vida	Jovens em situação de vulnerabilidade social que participam do Projeto Vira Vida.
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	Pronatec Seguro-Desemprego	Beneficiários do Seguro-Desemprego
	Pronatec Trabalhador	Trabalhadores
	Pronatec Aprendiz	Participantes do Programa Jovem Aprendiz

	PronatecCertific	Cidadãos interessados em realizar processo de certificação de saberes
	PronatecProJovem Trabalhador	Jovens que participam do ProJovem Trabalhador.
Ministério do Turismo - MTUR	Pronatec Copa	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer.
	Pronatec Copa na Empresa	Trabalhadores que atuam nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer
	Pronatec Copa Social	Jovens em situação de vulnerabilidade egressos do Projeto Vira Vida.
Ministério da Defesa - MD	Pronatec Exército	Praças do Exército em prestação de Serviço Militar
	Pronatec Aeronáutica	Praças da Aeronáutica em prestação de Serviço Militar
	Pronatec Marinha	Praças da Marinha em prestação de Serviço Militar
	Pronatec Exército Reserva	Praças do Exército que deram baixa do Serviço Militar, nos últimos 12 meses, e Atiradores de Tiro de Guerra
	Pronatec Aeronáutica Reserva	Praças da Aeronáutica que deram baixa, do Serviço Militar, nos últimos 12 meses.
	Pronatec Marinha Reserva	Praças da Marinha que deram baixa do Serviço Militar, nos últimos 12 meses.
	Pronatec Marinha Mercante	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar no setor aquaviário.
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	Pronatec Campo	Público da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da Reforma Agrária.
Secretaria de Direitos Humanos - SDH	Pronatec Sistema Socioeducativo Fechado	Jovens e Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

	Pronatec Viver sem Limite	Pessoas com deficiência
	Pronatec Pop Rua	População em situação de rua
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC	Pronatec Brasil Maior	Trabalhadores para os setores relacionados ao Plano Brasil Maior.
Ministério das Comunicações - MC	Pronatec Comunicações	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nas áreas de produção, programação e distribuição de informações e dados sobre plataformas de radiodifusão ou telecomunicações.
Ministério da Justiça - MJ	Pronatec Sistema Prisional	Privados de liberdade em regime aberto e semi-aberto e egressos de Estabelecimentos Penais.
	Pronatec Sistema Prisional em Regime Fechado	Cumpridores de penas Sistemas Penitenciários em regime fechado
Ministério da Previdência Social - MPS	Pronatec Reabilitação Profissional	Trabalhadores em processo de reabilitação profissional
Ministério da Cultura - MINC	Pronatec Cultura	Trabalhadores para atender as demandas do mercado cultural.
Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA	Pronatec Pesca e Aquicultura	Pescadores e aquicultores que atuam ou pretendem atuar nos setor pesqueiro e aquícola.
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI	Pronatec Projovem Urbano	Jovens que participam do Pronatec Projovem Urbano.
	Pronatec EJA Técnico Integrado	Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do Pronatec Projovem Urbano, com idade igual ou superior a 18 anos.

	Pronatec EJA Técnico Concomitante	Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do Pronatec Projovem Urbano, com idade igual ou superior a 18 anos.
	Pronatec EJA FIC	Estudantes matriculados no ensino fundamental EJA, com idade igual ou superior a 15 anos, e no ensino médio EJA, com idade igual ou superior a 18 anos.
Ministério da Integração Nacional - MI	Pronatec Defesa Civil	Pessoas que atuam, direta ou indiretamente, em atividades relacionadas à defesa civil.
Secretaria Nacional da Juventude - SNJ	Pronatec Juventude Viva	Jovens em situação de vulnerabilidade social
Ministério da Agricultura -MAPA	Pronatec Agro	Agricultores e suas famílias, trabalhadores rurais, estudantes do ensino médio, estudantes de escolas técnicas e técnicos recém-formados em agropecuária ou agrícola.
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Secretaria do Ensino Superior - SETEC/SESU	Pronatec Serviços Públicos	Servidores de instituições federais de ensino.
Ministério do Meio Ambiente - MMA	Pronatec Bolsa Verde	-
	Pronatec Catadores	-
	Pronatec Meio Ambiente	-

Fonte: https://map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Documentos_Diversos

5.3 PRONATEC: Bases legais e objetivos

O PRONATEC é um programa que estabelece um conjunto de ações que visam a ampliar a oferta de vagas da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e

financeira. Contudo o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 12.513 expõe que seus objetivos são:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013).

Sobre a Base legal de criação e orientações do Programa é possível entender a forma com que a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações alcança a sociedade, vindo a promover a expansão, à ampliação e o estímulo à difusão e articulação da educação profissional e tecnológica e conseqüentemente as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011).

É importante destacar que as Diretrizes do Governo Federal para a Gestão do programa estão pautadas em iniciativas e ações compostas dos seguintes temas¹¹:

- **Bolsa-Formação:** nas modalidades bolsa formação estudante ou bolsa formação trabalhador, visa o fortalecimento das redes de educação profissional e tecnológica por meio da oferta de cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional em unidades de ensino existentes – redes públicas e privadas;
- **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:** Criação, expansão e consolidação de unidades dos Institutos Federais por todas as unidades da federação;
- **Programa Brasil Profissionalizado – Escolas Públicas:** Criação e consolidação de unidades de escolas técnicas estaduais e do Distrito Federal,

¹¹ Dados disponíveis em: www.portal.mec.gov.br/pronatec

com aumento de unidades, ampliação e fortalecimento da oferta de Educação Profissional em cursos de técnicos integrados ao Ensino Médio;

- **Rede E-TEC Brasil:** Oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional na modalidade a distância gratuitamente; e
- **Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem:** Oferta de vagas nos SNA, com recursos recebidos da contribuição compulsória. Vagas estas gratuitas e destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.

O programa é orientado por legislações e atos normativos como Leis, Portarias do Ministério da Educação, Guia Pronatec de Cursos¹² de Formação Inicial e Continuada – também chamado de Guia Pronatec de Cursos FIC, Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Notas Informativas – Bolsa Formação e Notas Técnicas.

5.4 O PRONATEC como Programa de Extensão

Para compreender o papel da extensão, em sua forma atual, consideremos o conceito de extensão adotado pela Política Nacional de Extensão Universitária após intensos debates realizados entre 2009 e 2010. Esta que é tida como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade”. A Extensão Universitária passa, portanto, a transformar e promover a garantia de “valores democráticos” nas “dimensões ética, econômica, cultural e social” (p.42).

Eliezer Pacheco na obra, INSTITUTOS FEDERAIS Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica, ressalta:

¹²O Guia Pronatec representa, entretanto, mais do que o cumprimento de uma obrigação formal. Conceitualmente, representa também a consolidação – em escala nacional – de uma estratégia de desenvolvimento que se recusa a desvincular a qualificação profissional de trabalhadores da elevação da escolaridade. Desta forma, o Guia Pronatec é também e acima de tudo o instrumento de consolidação de uma política pública visando a aproximar o mundo do trabalho do universo da Educação – um instrumento não tão somente de fomento ao desenvolvimento profissional, mas também e acima de tudo de inclusão e de promoção do exercício da cidadania. (Guia PRONATEC de cursos FIC, 2011, p. 6)

Ora, se o papel dos Institutos Federais está visceralmente vinculado ao desenvolvimento local e à promoção da cidadania, as atividades de extensão (inciso IV)¹³ tornam-se essenciais para o diálogo efetivo entre instituição e sociedade. É nesse sentido que as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada, contribuindo para democratização institucional. Igualmente, é pela relação dialógica instituição-comunidade, essencial às atividades de extensão, que se descortinam os referenciais de seleção dos conteúdos e componentes curriculares que poderão contribuir para um ensino contextualizado e significativo e para a definição de objetos de pesquisa sintonizados com as demandas sociais locais. (2011, p. 89)

Se por meio da extensão a vida acadêmica vivencia, como defendido acima, o processo ensino-aprendizagem além dos limites da sala de aula possibilitando a articulação da universidade às diversas organizações da sociedade, numa troca de conhecimentos e experiências, que são concretizadas através de programas e projetos desenvolvidos com os diversos setores da sociedade.

O PRONATEC dentro deste contexto foi implementado como um Programa de Extensão nas organizações de Ensino e conseqüentemente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

¹³ Neste item o autor faz menção ao Inciso IV do Artigo 7º da Lei 11.892 de 24/12/2014. (Grifos nosso)

6. O PRONATEC no IFPB

O PRONATEC foi desenvolvido, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, inicialmente em 2012, nos campi João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande, Cajazeiras, Sousa, Picuí, Monteiro, Patos, Princesa Isabel e Guarabira. Com uma proposta inicial de 3.600 vagas, 747.200 horas-aula para oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Cursos Técnicos Concomitantes.

A proposta de oferta de vagas pelo programa foi formalizada por meio do Termo de cooperação nº 16.182 de 18/08/2012, cujo objeto era o compromisso assumido pelo o IFPB como Unidade Executora, responsável pela execução física do objeto e sua gestão orçamentária, diante do então órgão concedente Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

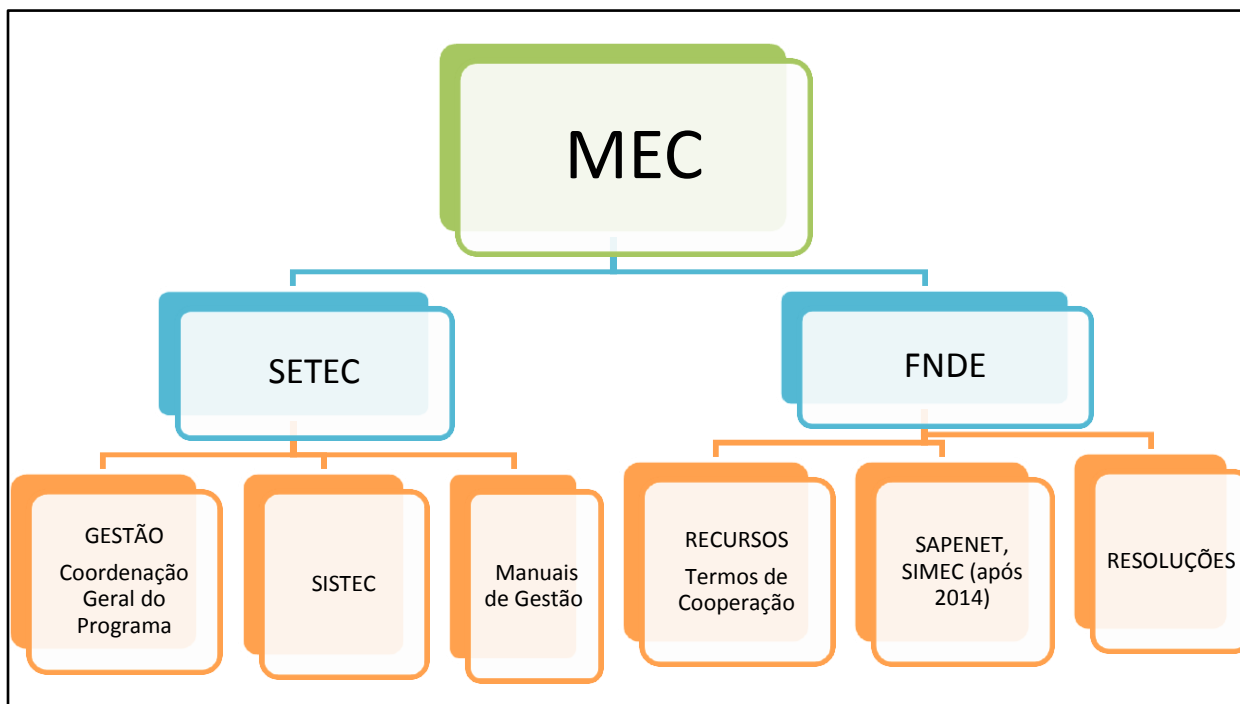
Em 30 de novembro do ano anterior, 2011, havia sido firmado um Termo de Cooperação n.º 14.192, entre o IFPB e o Ministério da Educação com proposta de oferta de 600 vagas e 4.760 horas em cursos de Formação Inicial e Continuada no âmbito da Bolsa Formação Trabalhador, porém este não foi iniciado, enfim, não houve a execução do objeto do termo supracitado.

Verificando-se as orientações presentes na Base Legal e Infra Legal do PRONATEC que estabelecem a implantação, orientações, critérios e procedimentos para concretização do programa, realizou-se a construção do organograma da Gestão do programa no MEC – Conforme mostra Figura 04 – no ano de 2012.

O Ministério da Educação é o órgão da Administração Federal Direta cuja competência é desenvolver atividades relacionadas à política nacional de educação. Subordinada a ele está à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), cujas ações e responsabilidades, entre outras é

- Planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da Política de Educação Profissional e Tecnológica;
- Promover o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos; Promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica; [...]
- Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; [...] (Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>> acesso em 30/10/2016).

Figura 04 – Organograma da gestão do programa no Ministério da Educação



Fonte: Dados da pesquisa.

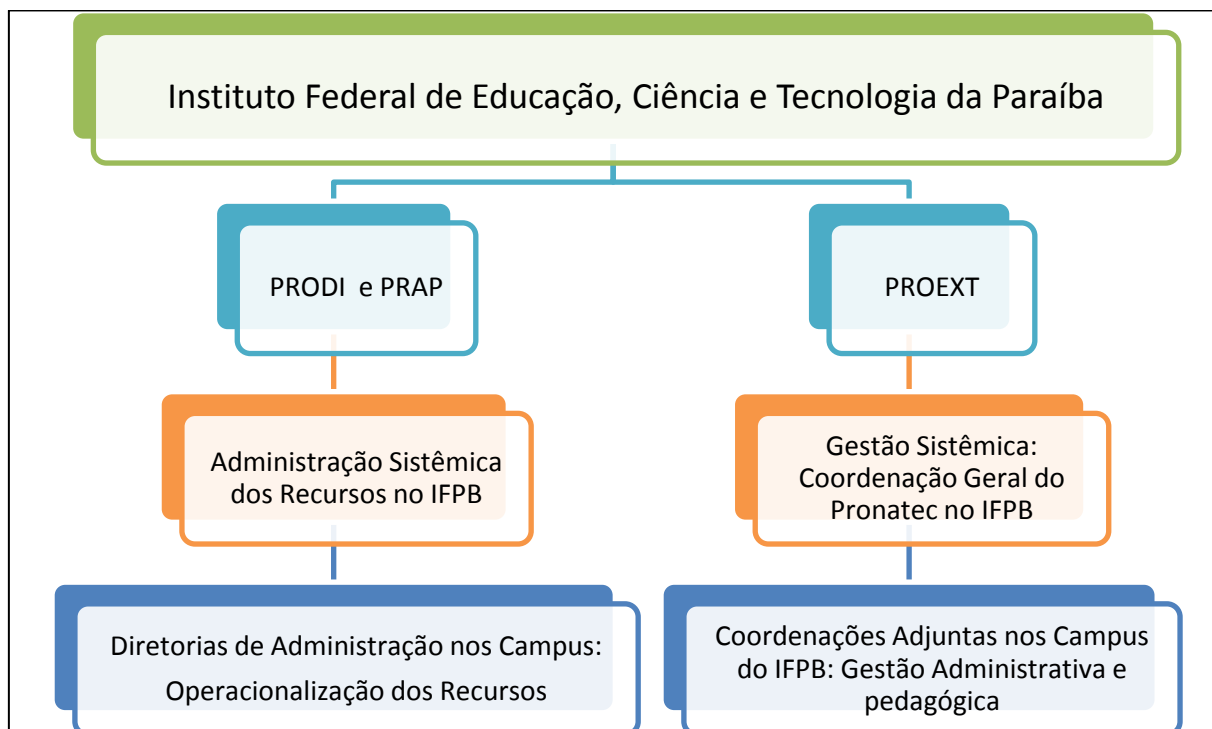
Sendo a SETEC intermediadora e responsável pela gestão administrativa do PRONATEC nas orientações estruturais, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação e teve a incumbência de proporcionar assistência técnica e financeira na execução das ações do programa e auxiliar nas orientações aos gestores sobre a prestação de contas.

É sob o olhar desta estrutura no MEC que o IFPB passa a preparar a composição do PRONATEC no IFPB. E, em 02 de maio de 2012, regulamenta o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba por meio da Resolução CS/IFPB n.º 46.

Estabelecendo que a gestão e a administração do PRONATEC na Reitoria funcionarão no âmbito da Pró-reitoria de Extensão e nos Campus, no setor responsável pelas ações de extensão do IFPB da referida unidade. Apoiadas na administração sistêmica dos recursos pelas Pró-reitoria de Desenvolvimento e Interiorização e Pró-reitoria de Administração e Planejamento, e na

operacionalização destes seriam apoiados pelas Diretorias de Administrações nos campus, como consta na figura 05.

Figura 05 – Organograma da gestão do programa no IFPB



Fonte: Dados da pesquisa.

A estrutura de pessoal começa a ser montada, e como assim orientou a Resolução CD/FNDE n.º 04 de 16/03/2012 e regulamentou a Resolução CS/IFPB n.º 46 de 02/05/2012 em seu “Capítulo III Da estrutura de gestão e administração” que

§ 1º A equipe gestora central será composta de: I. Coordenador (a) geral; II. Coordenador (a) adjunto; III. Supervisor (a) para os cursos; IV. Apoio às atividades administrativas – financeiras; V. Apoio às atividades acadêmicas.

§ 2º A equipe gestora nos *Campi* será composta de: I. Coordenador (a) adjunto (a), preferencialmente, o profissional que exerça a função de Coordenador (a) de Extensão no *Campus*, ou indicado pelo Diretor(a) Geral; II. Orientador(a); III. Supervisor (a) de cursos; IV. Apoio às atividades administrativas e acadêmicas.

6.1 O universo do PRONATEC no IFPB

A distribuição das 3.600 vagas (para curso FIC e Técnico) propostas no Termo de Cooperação – pactuação ano 2012 ficou dividida em cada unidade de ensino da instituição conforme dados no quadro 03:

Quadro 03 – Resumo das pactuações nos *campi* IFPB no ano de 2012

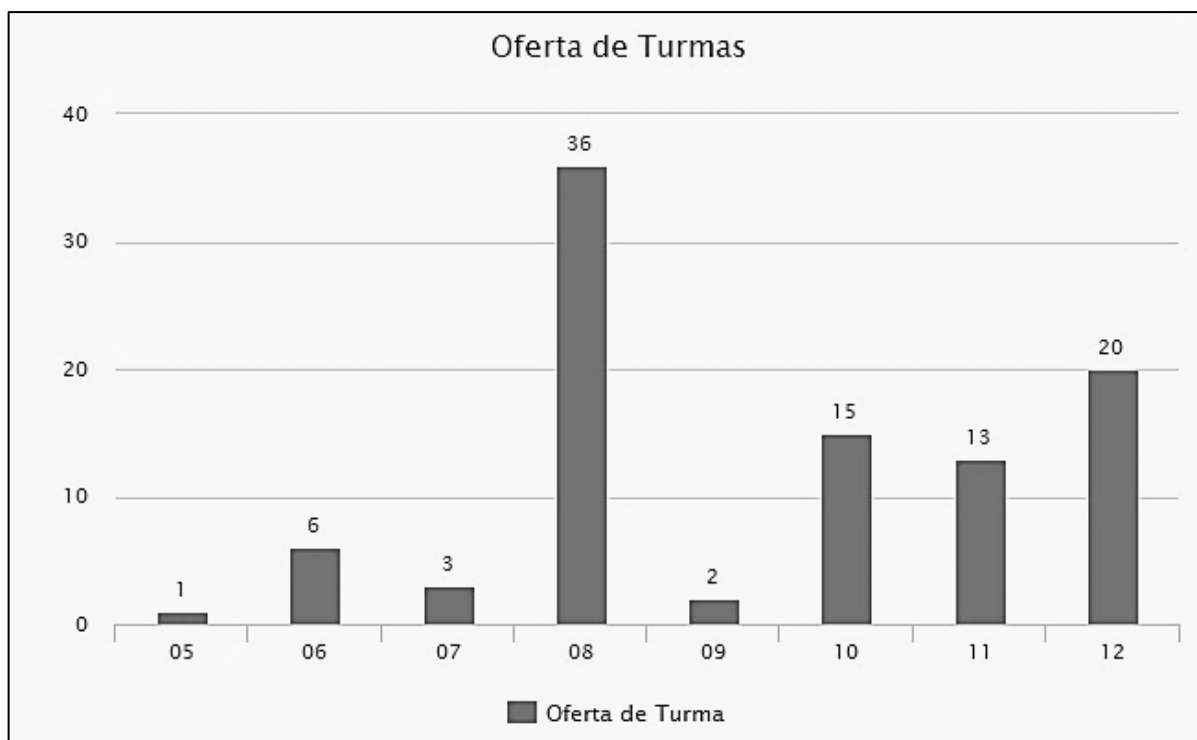
Unidades de Ensino do IFPB	Número de Vagas	Horas - Aluno
Campus Cabedelo	280	62.400
Campus Cajazeiras	200	44.800
Campus Campina Grande	680	116.000
Campus Guarabira	180	37.000
Campus João Pessoa	1.220	251.200
Campus Monteiro	80	32.800
Campus Patos	120	30.000
Campus Picuí	100	43.000
Campus Princesa Isabel	80	16.000
Campus Sousa	660	114.000
Total de vagas pactuadas	3.600	
Total de horas-aluno¹⁴		747.200

Fonte: sistec.mec.gov.br – pactuação 2012

Dentro desta distribuição foi possível a oferta de 96 (noventa e seis) turmas lançadas em todas as unidades de Ensino do IFPB entre os meses de maio e dezembro de 2012 – Gráfico 01. A primeira turma ofertada teve sua aula inaugural realizada em 28/05/2012 na Unidade de Ensino do IFPB - Campus João Pessoa com o curso de Formação Inicial e Continuada Auxiliar Administrativo do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios.

¹⁴ Os recursos devidos aos parceiros ofertantes são calculados em função da hora-aluno. O total de horas-aluno é obtido multiplicando-se o número de vagas pela carga horária de cada curso, medidas em horas-aluno de 60 minutos. (Item 3 da Nota Informativa N.º 11/2015/DIR/SETEC/MEC. Disponível em: www.map.mec.gov.br, Acesso em 30/10/2016).

Gráfico 01 – Oferta de Turmas

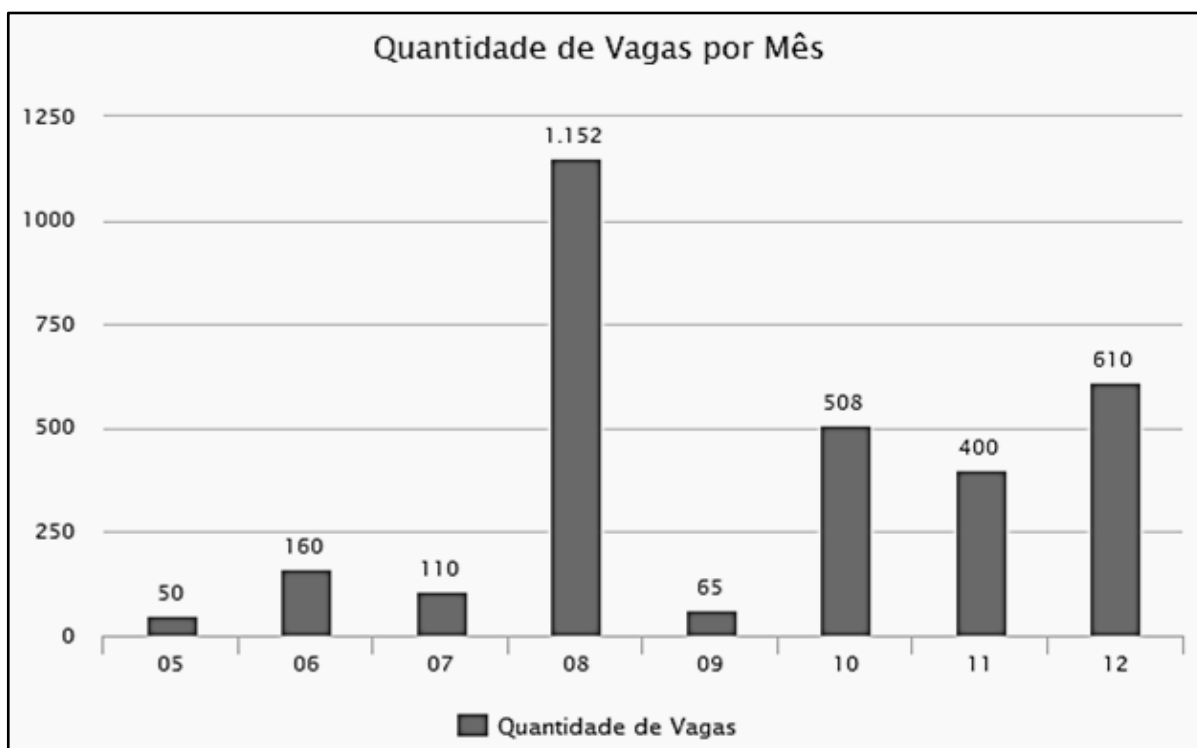


Fonte: Bisistec.mec.gov.br

Mais adiante no gráfico 02 é possível entender como ocorreu a distribuição de oferta de vagas por meses do ano, e que nos meses de agosto, outubro, novembro e dezembro ocorreram as maiores disponibilidades/ofertas de turmas. Das vagas pactuadas para o programa pela instituição foram oferecidas 3.055 vagas, representando um percentual de 85% da relação pactuação de vagas x ofertas de turmas efetivadas.

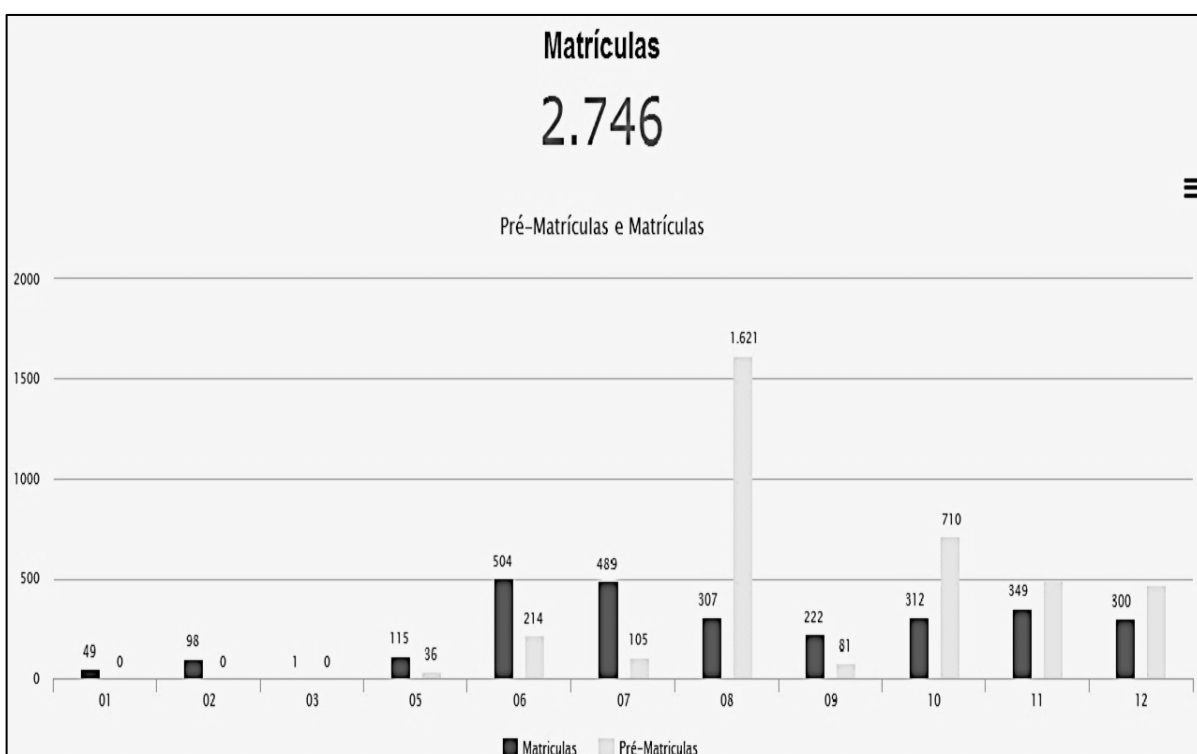
As ofertas de turmas apresentam seu desempenho favoravelmente avaliado ao verificarmos que estas obtiveram 2.746 matrículas efetivadas, conforme distribuído nos meses do ano de 2012 e representado no Gráfico 03, o que representa um percentual em torno de 76% de aproveitamento ao ser considerado vagas pactuadas x matrículas efetivadas.

Gráfico 02 – Quantidades de vagas disponíveis por mês



Fonte: Bisistec.mec.gov.br

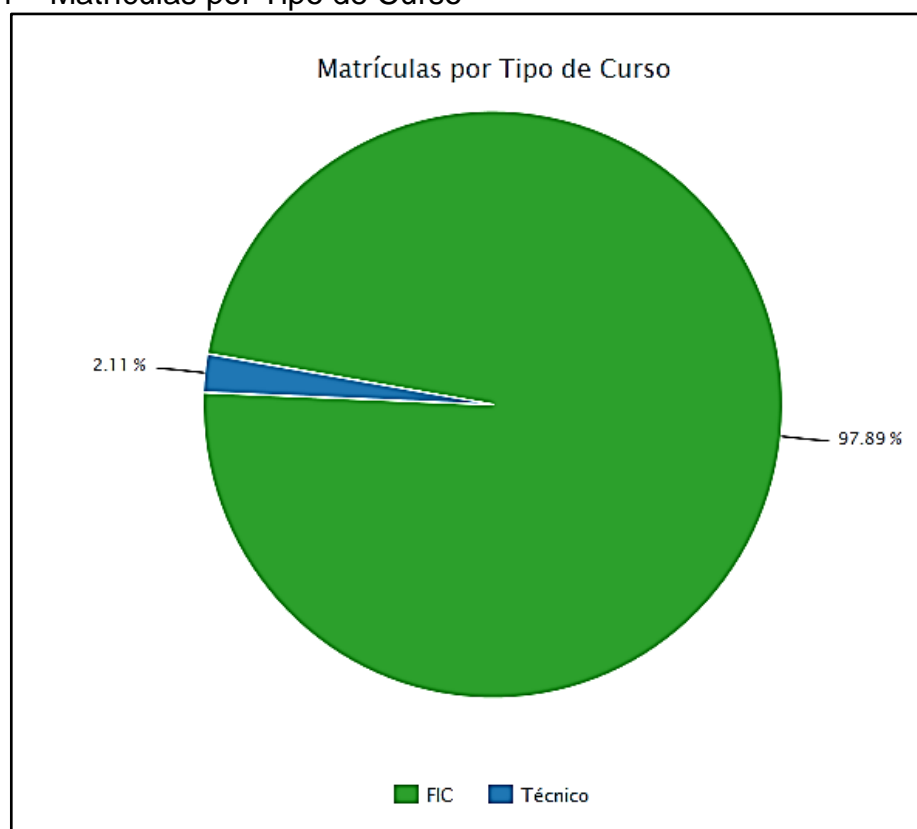
Gráfico 03 – Matrículas e pré-matrículas por mês



Fonte: Bisistec.mec.gov.br

O PRONATEC no IFPB foi marcado principalmente pela oferta elevada de cursos tidos como de curta duração, os chamados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), sobre os cursos técnicos. Verificamos um percentual bastante considerável como mostra o Gráfico 04 – Matrículas por Tipo de Curso.

Gráfico 04 – Matrículas por Tipo de Curso



Fonte: Bisistec.mec.gov.br

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (cursos FIC) capacitam, aperfeiçoam e atualizam o aluno que tem pressa para entrar ou reingressar no mercado de trabalho, desenvolvendo as competências necessárias para que ele desempenhe uma ocupação. As ofertas desses cursos são destinadas a pessoas com escolaridade variável, vindo alcançar um público diverso como estudantes, trabalhadores diversos, pessoas com deficiência e beneficiários dos programas federais de transferência de renda (Guia PRONATEC de cursos FIC, 2011, p. 6).

Ferramenta direcionadora da oferta de cursos, o guia PRONATEC de cursos FIC, distribui os cursos em eixos tecnológicos. E com os dados da pactuação e

ofertas de 2012 no IFPB foi possível traçar um panorama das matrículas por Eixos Tecnológicos (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Matrículas por Eixo Tecnológico



Fonte: Bisistec.mec.gov.br

No gráfico 05 destacam-se em número de matrículas os eixos tecnológicos de Gestão e negócios, Informação e Comunicação e Infraestrutura. O predomínio, ou melhor, a abrangência de tais eixos compreende extensa tecnologia como exposto logo a seguir:

Gestão e negócios - Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações.

Informação e Comunicação - Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações.

Infraestrutura - Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. (Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br>)

Foi verificado que os cursos que obtiveram os maiores números de matrículas, considerando até a sexta posição e conforme distribuídos no Quadro 04

– Número de matrículas por curso ofertado, que estes pertencem aos três eixos tecnológicos de maior número de matrículas, representado, portanto os de maiores interesses do público alcançado pelo programa no IFPB.

Quadro 04 – Número de matrículas por curso ofertado

Ordem	Cursos	N.º de matrículas
1º	Auxiliar Administrativo	420
2º	Operador de Computador	277
3º	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	170
4º	Auxiliar de Pessoal	143
5º	Pedreiro de Alvenaria	129
6º	Montagem e Manutenção de Computadores	114

Fonte: sistec.mec.gov.br

Considerando que o programa veio também como “democratizador das formas de acesso à Educação Profissional e Tecnológica para públicos diversos” (Apresentação PRONATEC, p.3, disponível em: map.mec.gov.br) expandindo as oportunidades educacionais ao recomendar que os públicos a serem atendidos sejam, prioritariamente, estudantes, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda. Todos envolvidos nas suas especificidades, como descrito no Artigo 2º da [Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011](#).

Art. 2º O Pronatec atenderá prioritariamente:

- I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II - trabalhadores;
- III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e
- IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

§ 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

§ 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

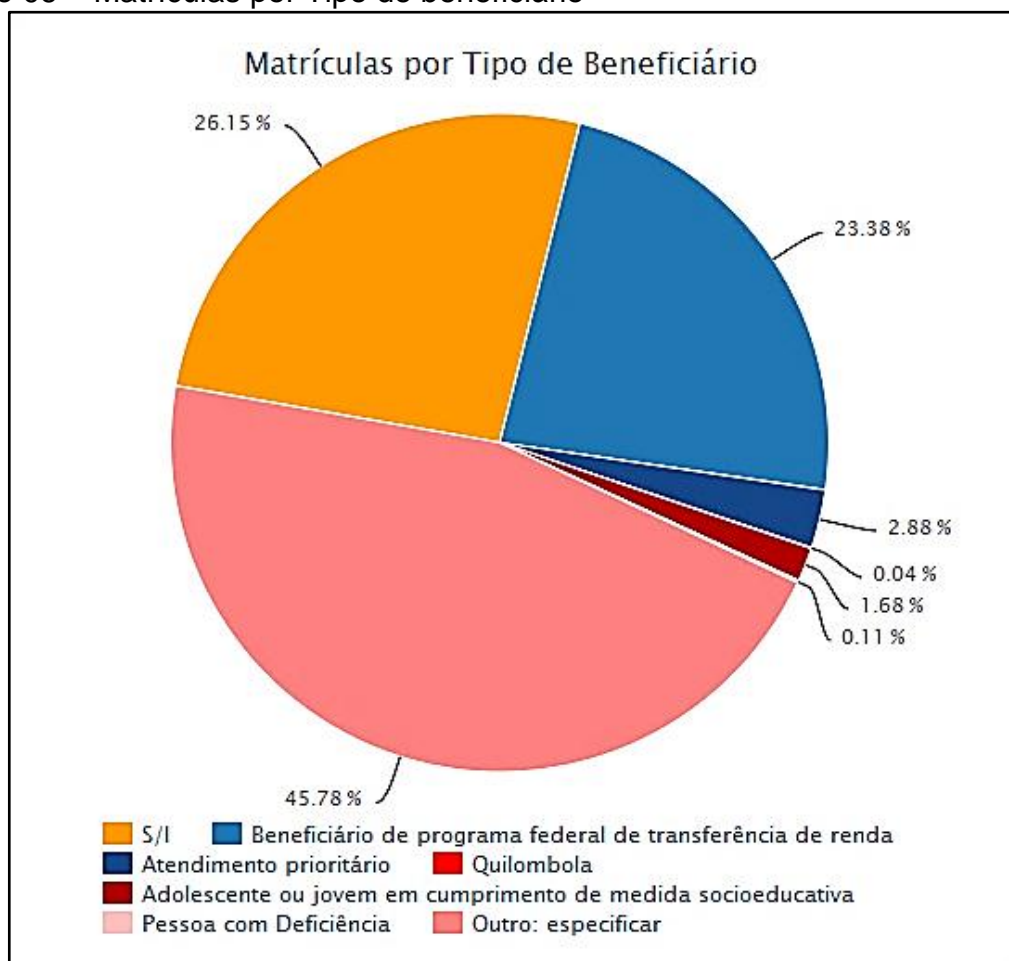
§ 3º As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 4º Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos.

Analisando os dados demonstrados em diversos gráficos foi possível trazer informações acerca do tipo de público beneficiado pelos cursos ofertados no IFPB.

Concluem-se por meio dos dados presentes no gráfico 06, apesar dos dados possuírem um número significativo de beneficiários Sem Identificação (S/I) e Outro: especificar, que o grupos de maior destaque em número de matrículas são os beneficiários dos programas federais de transferência de renda com um total de 23,38% das matrículas.

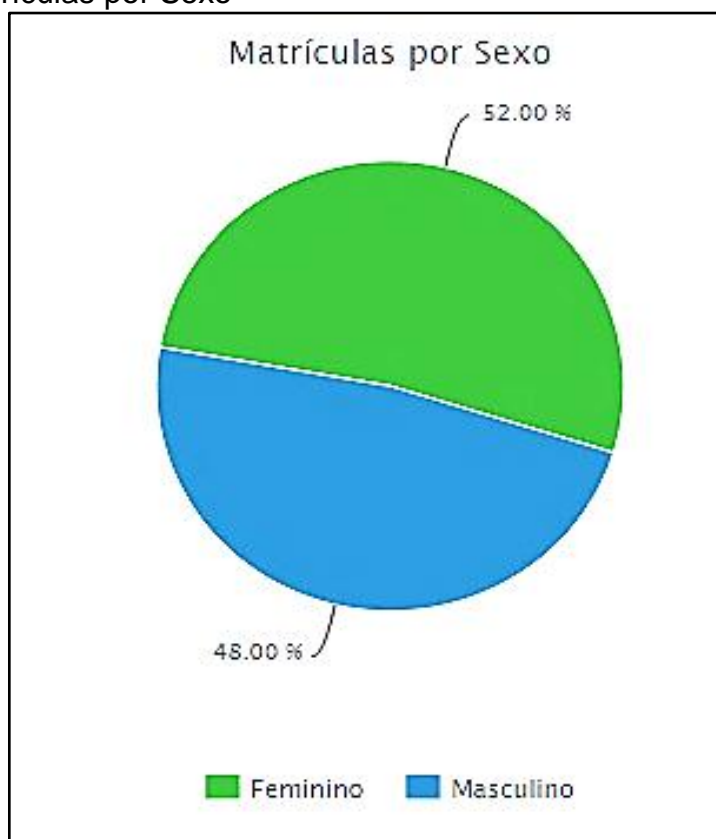
Gráfico 06 – Matrículas por Tipo de beneficiário



Fonte: Bisistec.mec.gov.br

No gráfico 07 – matrículas por sexo é possível concluir que as mulheres prevalecem em número de matrículas nos cursos em relação aos homens.

Gráfico 07 – Matrículas por Sexo

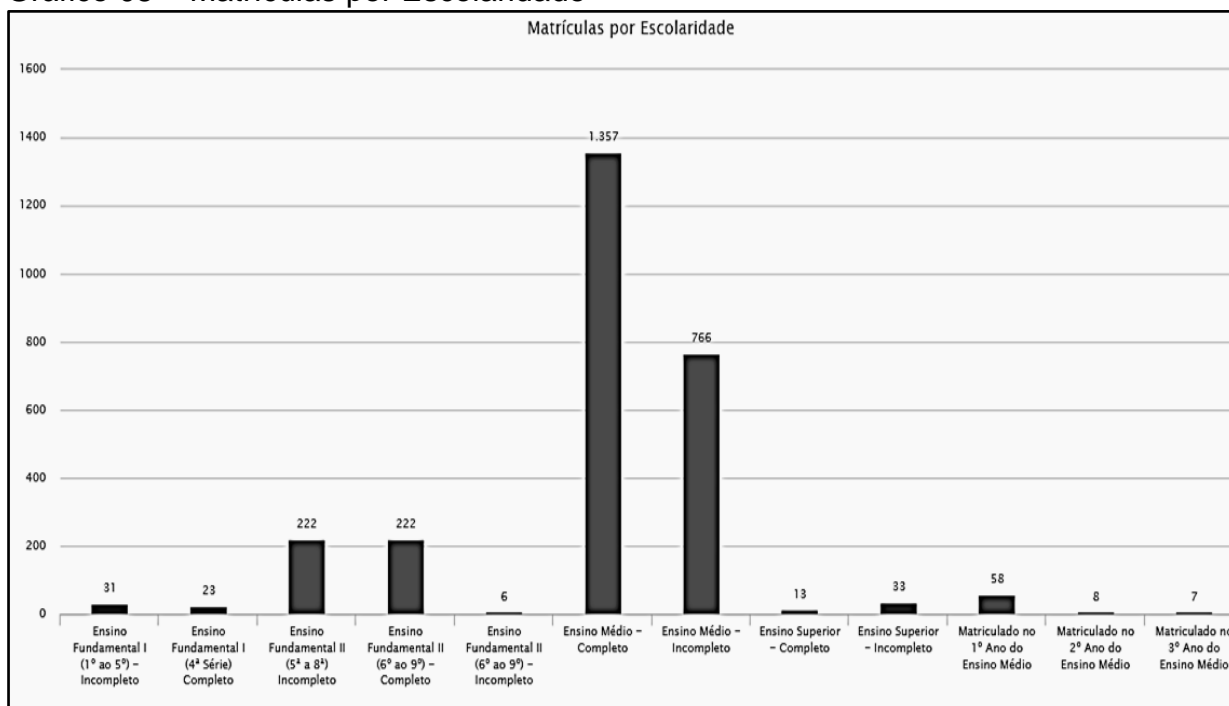


Fonte: Bisistec.mec.gov.br

Este público de mulheres teve sua participação bastante estimulada, por que se pretendia atingir “mulheres responsáveis pela unidade familiar [...] nos cursos” como exposto no § 4º do Artigo 2º da [Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011](#): “Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação”.

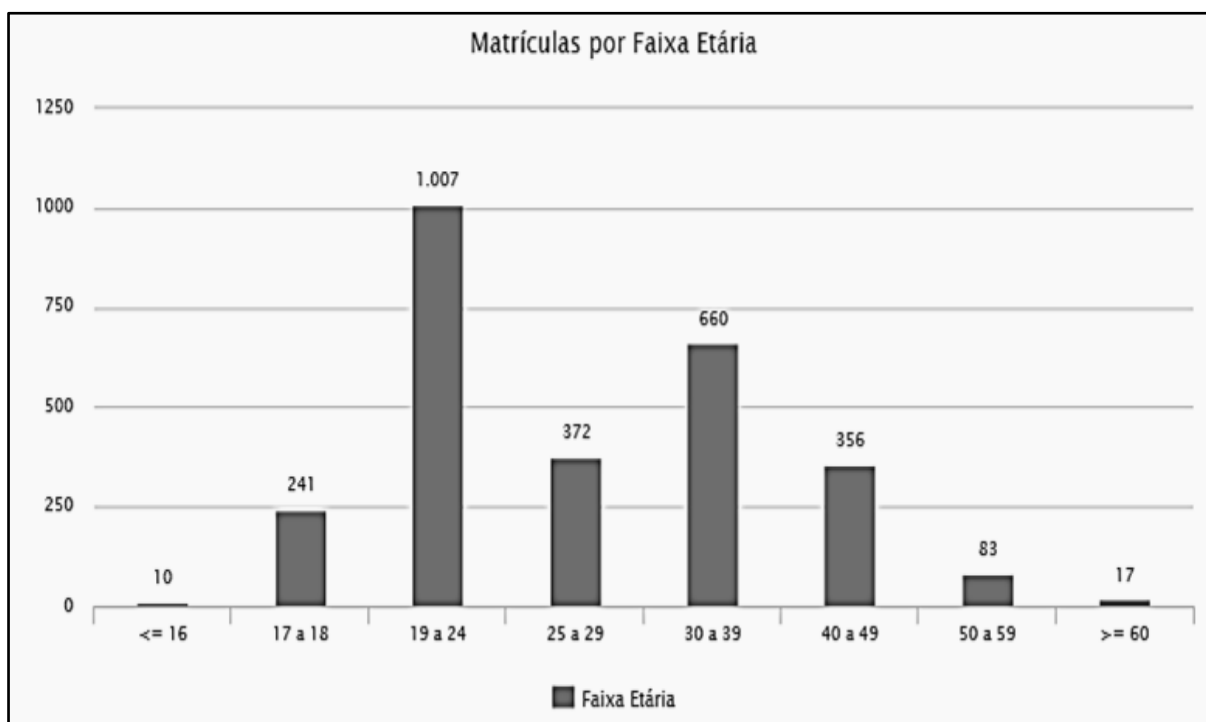
Logo a seguir nos gráficos 08 e 09 – Matrículas por Escolaridade e Matrículas por Faixa Etária, respectivamente – é possível verificar que o público atingido pelo programa no IFPB foi majoritariamente do ensino médio, sendo de escolaridade completa ou incompleta e que a maior parte das matrículas foi de jovens que tinham a faixa etária entre 19 e 24 anos.

Gráfico 08 – Matrículas por Escolaridade



Fonte: Bisistec.mec.gov.br

Gráfico 09 – Matrículas por Faixa Etária



Fonte: Bisistec.mec.gov.br

O desempenho da execução da pactuação dos cursos do programa PRONATEC no IFPB do ano de 2012 pode ser considerado exitoso ao se verificar que na situação final o número de matrículas concluídas somam 1.673, o que representa em torno de 61% do público atingido.

Quadro 05–Distribuição de Matrículas por Situação

SITUACAO	TOTAL
ABANDONO	317
CONCLUÍDA	1.673
CONFIRMADA	58
REPROVADA	698
Total	2.746

Fonte: Bisistec.mec.gov.br

No tocante ao que está expresso no quadro 05, que revela a distribuição da situação final das matrículas da pactuação de 2012, nas categorias: abandono, concluída, confirmada e reprovada, é possível concluir o amplo alcance do programa ao beneficiar um público diverso, principalmente o que a Lei n.º 12.513 caracterizou como público alvo, e assim dando os passos iniciais relacionados à eficiência, eficácia e efetividade nos resultados do programa no IFPB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRONATEC é uma das chaves para o futuro do Brasil.

Dilma Rousseff

A Educação Profissional é um mecanismo indispensável para o crescimento social e econômico da sociedade. E na ampla divulgação do programa PRONATEC o Governo Federal defendeu, como expresso na epigrafe, que o programa seria uma das chaves para o futuro do Brasil.

Utilizado como grande difusor do Ensino Técnico e Profissional no país com grande adesão e apoio dos Institutos Federais ao Programa, a exemplo o Instituto Federal da Paraíba, o PRONATEC veio ampliar o acesso ao ensino técnico e ao emprego. E ao oferecer qualificação profissional por meio do desenvolvimento de ações de políticas públicas, com participação e esforço conjunto com diversos segmentos políticos, sociais e governamentais, proporcionou a articulação da Rede de Educação Profissional do país com as políticas públicas do Governo Federal, consolida-se como programa no IFPB em 2012.

Para tanto, este trabalho proporcionou um melhor entendimento de como a estrutura do programa foi traçada até chegar ao programa de política pública de maior adesão no país e que propôs a participação efetiva dos Institutos Federais na sua implantação e consequente execução de forma eficiente e eficaz.

Entender que a Educação Profissional no Brasil caracteriza-se por fases que perduraram por mais de uma década e que a formação da Rede Federal e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ampliou o acesso a esta importante estrutura que proporciona a diversas pessoas, a promoção à ciência e à tecnologia foi primordial.

É plausível que Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, diante de uma nova conjuntura econômica e produtiva se estabelece e continua a qualificar profissionais para diversos setores e também a contribuir intensamente para o desenvolvimento de diversas inovações tecnológicas. E que por meio do PRONATEC contribuiu para o desenvolvimento de cidadãos e cidadãs com formação tecnológica, profissional e de valores.

O PRONATEC surge, ou melhor, é apresentado como uma nova Política Pública em Educação. Estruturado como uma alternativa de democratização do Ensino Técnico e Profissional que veio propor por meio de legislações específicas um modelo de acesso ao ensino e, sobretudo qualificação profissional a muitos brasileiros.

Os dados do PRONATEC no IFPB resultam de uma relação interdisciplinar que o programa propôs ao ser implementado na instituição como um programa de extensão. E que o programa veio também, ao transformar e promover uma garantia de valores democráticos bastantes difusos nas dimensões da Política Nacional de Extensão Universitária, proporcionar o desenvolvimento local e acesso de todos à cidadania.

E assim verificou-se que a real pretensão do PRONATEC é a qualificação profissional de pessoas que não teriam acesso à educação técnica no país, ou formação profissional técnica ou (re) qualificação profissional dos que já se encontram no mercado de trabalho.

Por fim, os resultados do universo do PRONATEC no IFPB mostram-nos não só uma gestão eficiente e eficaz em resultados obtidos, mas principalmente o grande avanço alçando pela instituição ao permitir que o programa chegasse a um público carente de tantas políticas, ao promover ações e transformações para sociedade.

REFERÊNCIAS

Baracchini, Sabrina Addison. **A inovação presente na administração pública brasileira.** Revista Administração de Empresa. Abril/Junho 2002, vol.42, n. 2, p.104-109. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n2/v42n2a10.pdf>> Acesso em 20 jul 2013.

BERGER FILHO, Ruy Leite. Título: Educação profissional no Brasil: novos rumos. **Revista Ibero americana de Educación**, n. 20, p. 87-105, 1999. Disponível em <<http://www.rieoei.org/rie20a03.PDF>> Acesso em: 15 fevereiro 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília, 1999. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb016.pdf/>> Acesso em: 06 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico em debate.** Brasília, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841> Acesso em: 15 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio.** Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841> Acesso em: 15 maio 2014.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas e direito administrativo.** Revista de informação legislativa. p. 134-144. *Brasília*, 1997. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/198>> Acesso em: 15 maio 2014.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas.** Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/>> Acesso em 24 set 2012.

CARVALHO, Marília Gomes de. Tecnologia, Desenvolvimento Social e Educação Tecnológica. **Educação & Tecnologia**, ano 1, n. 1, julho, 1997. Disponível em <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/viewFile/1011/602..>> Acesso em: 10 maio 2014.

DELUIZ, N. **O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo.** *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273b.htm>> Acesso em 20 jul 2013.

FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 109, p. 43-66, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a03/>> Acesso em: 03 maio 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS Marise. CONCEPÇÃO E EXPERIÊNCIAS DE ENSINO INTEGRADO A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Ensino médio integrado à Educação Profissional. BRASIL. Ministério da Educação.** Secretaria de Educação à Distância. Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Boletim, Brasília, n. 7, p. 40-68, 2006. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161432Ensinomedio.pdf>> Acesso em 02 jun 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 10 de maio de 2014.

GOMES, Heloisa Maria; MARINS, Hiloko Ogihara. **A ação docente na educação profissional**. Editora SENAC: São Paulo, 2003. Disponível em <<http://books.google.com.br/>> Acesso em: 03 maio 2014.

GRABOWSKI, Gabriel. **PROPOSTA PEDAGÓGICA Ensino médio integrado à Educação Profissional. BRASIL. Ministério da Educação**. Secretaria de Educação à Distância. Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Boletim, Brasília, n. 7, p. 05-15, 2006. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161432Ensinomedio.pdf>> Acesso em 02 jun 2014.

HOBOLD, Márcia de Sousa. **A CONSTITUIÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE: um estudo com professores de educação profissional**. Dissertação de Mestrado. UNIVALI, Itajaí/SC, 2009. Disponível em: <http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=53> Acesso em 06 jun 2014.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Acesso 24 set 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida e GRABOWSKI Gabriel. HISTÓRIA E PERSPECTIVAS DO ENSINO MÉDIO A gestão democrática da Educação Profissional: desafios para sua construção. **Ensino médio integrado à Educação Profissional. BRASIL. Ministério da Educação**. Secretaria de Educação à Distância. Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Boletim, Brasília, n. 7, p. 21-39, 2006. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/161432Ensinomedio.pdf>> Acesso em 02 jun 2014.

LIMA, Rodrigo da Costa. **A reorganização curricular da educação profissional após Decreto nº 5.154/2014: um estudo sobre o Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Araranguá**. Dissertação de Mestrado. UFRGS: Porta Alegre, 2012. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br> Acesso em 03 jun 2014.

LIMA, Rodrigo da Costa. **A reorganização curricular da educação profissional após Decreto nº 5.154/2014: um estudo sobre o Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Araranguá**. Dissertação de Mestrado. UFRGS: Porta Alegre, 2012. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br> Acesso em 03 jun 2014.

MIRANDA, Carlos e TIBURCIO,(Orgs.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. Série desenvolvimento rural sustentável. v.14. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B2888P/B2888P.PDF>> Acesso em 03 ago 2014.

MORAES, Salete Campos de. **Propostas alternativas de construção de políticas públicas em educação: novas esperanças de solução para velhos problemas?**. *Educ. rev.* [online]. 2009, n.35, pp.165-179. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602009000300013>> Acesso em 20 ago 2014.

PACHECO, Eliezer (Organizador). **Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Editora Moderna: São Paulo, 2011. Disponível em <<http://livrariacientifica.com/Imagens/Institutos%20Federais.pdf/>> Acesso em: 15 maio 2014

PACHECO, Eliezer (Organizador). **Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Editora Moderna: São Paulo, 2011. Disponível em <<http://livrariacientifica.com/Imagens/Institutos%20Federais.pdf/>> Acesso em: 15 maio 2014.

PACHECO; MORIGI (Org.). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

PAES, Samara Profeta; SILVA, Valdairda. **Limites e contradições legais da Educação Profissional Integrada: A experiência do Colégio Estadual de Campo Mourão-PR**. VII EPCT 22 a 26 outubro de 2012. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_HUMANAS/Pedagogia/12_422_VALDAIRDASILVA_artigocompleto.pdf> Acesso em 02 jun 2014.

PAES, Samara Profeta; SILVA, Valdairda. **Limites e contradições legais da Educação Profissional Integrada: A experiência do Colégio Estadual de Campo Mourão-PR. VII EPCT 22 a 26 outubro de 2012**. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_HUMANAS/Pedagogia/12_422_VALDAIRDASILVA_artigocompleto.pdf> Acesso em 02 jun 2014.

Rua, Maria das Graças Políticas públicas. 2ª edição reimpressa – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 128p.

SILVA, Márcia; INVERNIZZI, Noela. **Qual Educação para os Trabalhadores no Governo do partido dos Trabalhadores? A Educação profissional após o Decreto 5154/2004**. IV Simpósio Trabalho e Educação–Ago–2007, 2007. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/5-Silva&Invernizzi2007.pdf>> Acesso em 10 jun 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, julho/dezembro 2006, p. 20-45. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>> Acesso em 24 set 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade, Salvador/BA: AATR, 2002** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em 03 jun 2014.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação Profissional no Brasil: histórico Professional education in brazil: history. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitivade Industrial-ISSN-1983-1838**, v. 1, n. 1, p. p. 77-86, 2008. Disponível em: <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/viewArticle/26>> Acesso em 03 jun 2014.

Sites visitados:

www.ifpb.edu.br
www.bisistec.me.gov.br
www.pronatec.mec.gov.br/institucional/base-legal
www.mec.gov.br
www.sistec.mec.gov.br/
www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos